



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 2

Sessão ordinária de Fevereiro

Reunião de 13-02-98

Aos treze dias do mês de Fevereiro de mil novecentos e noventa e oito, nesta cidade de Aveiro, na sede da Assembleia Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida pelo Segundo Secretário, Custódio das Neves Lopes Ramos, em substituição do Presidente, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, por não estar presente, e secretariado pelos Vogais António Sousa Dinis Correia e Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários, estes em substituição dos titulares dos cargos e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, João Pires da Rosa, Pedro Machado Pires da Rosa, Fernando Cardoso Leitão Miranda, Manuel Júlio Braga Alves, Libério da Silva Santos, João Alberto Simões Barbosa, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Rogério Mário Madaíl da Silva, António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre, Lucas Amaro Rodrigues, Fernando Vieira Ferreira, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, Joaquim António Gaspar Melo Albino, Jorge Manuel do Nascimento, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Luís Miguel Capão Filipe, Estevão de Sousa Rosas, Manuel Simões Madaíl, Dinis Marques, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes, Élio Manuel Delgado da Maia, António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 21:30 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dos Vogais Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, Virgínia Celeste da Silva Veiga, Jorge Carvalho Arroiteia, Nuno Teixeira Lopes Tavares e João Pedro Simões Dias.

De imediato o Presidente da Mesa, nos termos regimentais, conferiu a posse do Vogal Henrique Manuel Morais Diz.

Seguidamente o Presidente da Mesa deu nota dos pedidos de justificação de falta dos seguintes membros: João Pedro Simões Dias e Jorge Carvalho Arroiteia, os quais foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

Continuando no uso da palavra leu a ordem de trabalhos da Sessão ordinária do mês de Fevereiro, cujos pontos se transcrevem:

PONTO N.º 1 - COMUNICAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL;

PONTO N.º 2 - FIXAÇÃO DO NÚMERO DE VEREADORES EM REGIME DE PERMANÊNCIA;

PONTO N.º 3 - FIXAÇÃO DO NÚMERO E DA COMPENSAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS;

PONTO N.º 4 - PARQUE DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES - REGULAMENTOS DE VÁRIOS CERTAMES:

a) FEIRA DAS VELHARIAS;

- b) FEIRA DO AMBIENTE, SEGURANÇA E PROTECÇÃO CIVIL;
- c) FEIRA DE MARÇO;
- d) SALÃO AUTOMÓVEL;
- e) AGROVOUGA;
- f) FARAV.

PONTO N.º 5 - PROTOCOLO "EUROPA DOS PEQUENITOS" - RATIFICAÇÃO;

PONTO N.º 6 - ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA

MUNICIPAL PARA CADA UM DOS SEGUINTE ÓRGÃOS:

- a) ASSEMBLEIA DISTRITAL;
- b) ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS;
- c) CONSELHO CINEGÉTICO DISTRITAL;
- d) CONSELHO GERAL DO HOSPITAL DISTRITAL DE AVEIRO;
- e) COMISSÃO CONCELHIA DE SAÚDE DE AVEIRO;

Presidente da Mesa:

"Eu começaria por saudar todos os membros desta Assembleia e saudar também todos os membros da Câmara e o público em geral. Efectivamente, é a primeira Assembleia neste mandato e nós por parte da Mesa quisemos dar um arranjo à sala. É claro que a sala não se proporciona a grandes arranjos, mas quisemos, pelo menos, rectificar a parte que correspondia à nova representatividade das forças políticas em presença. Houve, portanto, necessidade disso. Depois, pegando num mote que o Dr. Carlos Candal, titular deste cargo, deu no dia da posse, nós procuramos que no hemiciclo onde se trabalha, onde se discute, deixasse de se fumar logo no dia da primeira reunião desta sessão. Não faço nada que o Dr. Candal não tenha feito, tomei essa iniciativa, foi um grupo de Deputados que me solicitou que tomasse esta iniciativa, até porque se a Mesa não a tomasse haveria quem viesse invocar os seus direitos e eu penso que nós todos temos é que procurar entender-nos nas questões vitais e esta é uma questão vital, não merece sequer qualquer discussão. Daí que procurámos dar um certo ambiente verde, procurámos inclusivamente, a título provisório, pôr uns painéis para separar a parte do público fumador, a parte dos acessos, para separar propriamente da zona de trabalho. Espero que a Assembleia concorde connosco nesta iniciativa e aproveito a ocasião para que o Sr. Presidente da Câmara registe e encete medidas que transformem esta sala ou outra, numa sala mais eficiente para os nossos trabalhos."

A seguir o Presidente da Mesa deu a palavra aos seguintes Vogais:

Vogal Diogo Soares Machado:

" É um pedido de esclarecimento porque fui apanhado desprevenido com a política anti-tabagista adoptada por esta Mesa, primária e fundamentalista. Há não fumadores, há fumadores, os direitos são iguais. Penso que seria de bom tom, pelo menos por parte da Mesa, que antes de tomar esta medida "ditatorial", pelo menos em plenário, questionasse esta Assembleia. Penso que nunca ninguém levantou nesta Assembleia, nos quatro anos que eu estive, a voz contra o facto de haver fumo a mais na sala ou a menos. Eu, pela minha parte agradecia que a Mesa revogasse essa decisão unilateral, que obviamente tem legitimidade para a tomar."

Presidente da Mesa:

" Eu fui muito claro, disse que o Dr. Candal, Presidente desta Assembleia, no acto de posse deu o mote para que não se fumasse nas sessões de trabalho. E pedi a compreensão desta Assembleia para a execução desse mote que o Dr. Candal deu. E eu

disse que esta Mesa assumiu pela minha pessoa, essa decisão. Peço aos Srs. Deputados que dêem o exemplo, que estejam comigo nesta tomada de posição, que aliás, eu presto homenagem ao Presidente da Assembleia anterior que sempre quis tomar esta medida e não foi ajudado nesse sentido e espero que nós hoje aqui tomemos esta medida todos em conjunto e não como medida da Mesa ditatorial. E já agora, eu faço a observação ao Sr. Diogo Machado que tem muita experiência nesta Assembleia, que é quando algum membro desta Assembleia, quando alguma bancada não concorda com qualquer deliberação da Mesa e é provável que no início dos mandatos tal aconteça, só tem uma coisa a fazer, é primeiro, o esclarecimento que o Senhor fez e eu estou a esclarecer e o segundo é, apresentar na Mesa um documento por escrito a apresentar recurso da decisão da Mesa, que não concorda com ele. E das decisões da Mesa cabe recurso para a Assembleia.

Relativamente ao público, como não foi presente nenhum pedido também por escrito formal à Mesa para usar da palavra, eu aproveitei para esclarecer as pessoas do público presentes que efectivamente o nosso Regimento permite que no início da sessão, o público use da palavra por um período inicial de cerca de trinta minutos, só que o interessado deverá entregar na Mesa, previamente, um documento simples explicando as razões e mostrando interesse em utilizar da palavra.”

Vogal Jorge Nascimento:

” Sr. Presidente, eu não queria deixar aqui de referir uma espécie de protesto em relação à forma como a Mesa pôs a disposição quer das bancadas, quer do público, quer da informação. Nós, CDS/PP, estamos na política em Aveiro, na política local, com o público, para o público e gostamos de ter também o público de frente. Ao longo de vinte anos exercemos a presidência desta Assembleia e nunca pusemos qualquer bancada de costas viradas para o público. O público sempre teve lugar numa das alas e na outra, isto é, tendo os Vogais desta Assembleia sempre a possibilidade de ter diante de si, público, não aceitamos sem protesto. Submeter-nos-emos se a Mesa assim o ditar, ficar agora e doravante de costas para o público. Que o público fique a saber que não é com a nossa aceitação que interviremos nesta assembleia de costas viradas para ele. Se ficarmos de costas, fique o público a saber que tê-lo-emos da mesma maneira presente nos interesses que aqui defendamos. Espero que a Mesa repare este aspecto que é para nós desagradabilíssimo.”

Presidente da Mesa:

” Mal iria o Presidente da Mesa, que antes de entrarmos na ordem de trabalhos começasse a responder a questões destas. Ao Dr. Jorge Nascimento quero dizer que isto é pura demagogia, porque o Senhor está de costas para o público fisicamente em espírito penso que não está. Outros dirão, do PS, nós estamos de costas para a imprensa. Mas isso é simbólico. Agora, eu não estou na bancada para lhe responder.”

Vogal António Salavessa:

” Eu quero usar a palavra para uma interpelação à Mesa. Quero interpelar a Mesa, questionando a razão por que não foi incluída na ordem de trabalhos desta Sessão Ordinária, a votação do Regulamento do Registo de Interesses que foi criado por deliberação da Assembleia no mandato anterior. Como é sabido e consta da acta 84 de 1997, que vamos votar em seguida, este regulamento foi submetido à votação na sessão de Dezembro, tendo sido registado um empate nessa votação. O então Presidente, Dr. Rogério Leitão, afirmou, como consta da acta, que esta matéria vai ter que ser agendada novamente para a Assembleia deliberar. E no final dos trabalhos assegurou

que transmitiria à nova Mesa este assunto, como assunto pendente a ser tratado neste novo mandato. É por isso, que fico espantado pelo facto de o Regulamento não estar agendado para esta Sessão. Pergunto à Mesa qual a razão de isso não ter sucedido. Tratar-se-á de qualquer falha de comunicação, o que é pouco admissível, pois no mínimo a leitura da acta 84 de 1997 chamaria a atenção do problema. Será porventura um lapso a corrigir na próxima sessão ou será que estamos perante uma opção da Mesa e nesse caso com que fundamento é que se põe cobro à tramitação de uma decisão da Assembleia tomada a 24 de Março do ano passado e sobre a qual trabalhou uma comissão então criada."

Presidente da Mesa:

" Eu respondo a esta questão Sr. Salavessa. Foi de facto uma opção, não foi lapso e o assunto foi objecto de troca de opiniões entre o Dr. Candal e a minha pessoa e não sei se ele falou também com o outro Secretário, Dr. Pedro Dias, comigo falou. E como sabe a convocatória felizmente foi da responsabilidade dele e está assinada por ele, mas a opção, com o meu conselho, com a minha opinião foi de que se o PCP está interessado efectivamente, em repôr essa deliberação, terá que repô-la aqui perante a nova Assembleia Municipal, isto é, não transitou para esta nova Assembleia aquela deliberação da Assembleia anterior que transitaria, obviamente, se se tratasse de outra reunião e não da nova Assembleia Municipal. E já agora, porque também ajudou-nos a esse tipo de interpretação, o facto de que a Assembleia da República esteve a discutir a Lei 28/95 e, portanto, ficámos com a ideia de que retomávamos a Lei que estava em vigor de 1993 em matéria de incompatibilidades e, portanto, pelo menos até que se esclareça bem qual é a nova posição política nesse domínio sobre a Lei 28/95, a Mesa optou por não agendar. Portanto, a opção de fundo é neste sentido conjugado com a outra que eu acabei de referir."

Vogal António Salavessa:

" Antes de recorrer e de entregar na Mesa o pedido de tramitação, eu queria informar o Sr. Custódio Ramos que se o argumento é a invocação da alteração da Lei 28/95, argumentou mal. Porque, primeiro: essa alteração legal ainda está a fazer o seu caminho. Mas, de qualquer forma, estando a fazer o seu caminho é possível conhecer a sua substância e a sua substância eu vou dá-la com todo o prazer à Mesa e aos restantes agrupamentos para comprovar que o artigo 7º a), em que se baseia o registo de interesses, não foi objecto de qualquer alteração, mas sim outros elementos dessa Lei. Pelo que não havia nenhum fundamento nessa base para se proceder ao adiamento. Por isso, eu vou entregar à Mesa e aos restantes grupos a cópia do decreto da Assembleia da República sobre a matéria que foi versada, assinada pelo Sr. Presidente da Assembleia da República, António de Almeida Santos, e um requerimento para que o assunto seja retomado na próxima sessão."

DECRETO N.º 214/VII

REGIME DE INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS DOS AUTARCAS

A Assembleia da República decreta, nos termos dos artigos 161º alínea c), 164º alínea m), 166º, n.º 3, e do n.º 5 do art.º 112, da Constituição, o seguinte:

Artigo Único

1 - É revogado o artigo 6º da Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto, na redacção que lhe foi dada pelo artigo 1º da Lei n.º 28/95, de 18 de Agosto.

2 - É eliminada a expressão " quanto aos autarcas a tempo parcial" na parte final do nº1 do artigo 4º da Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto, segundo a redacção constante do art.º 1º da Lei n.º 28/95, de 18 de Agosto.

3 - É ripristinado o artigo 6º da Lei 64/93, de 26 de agosto, na sua redacção originária.

Aprovado em 15 de Janeiro de 1998
O Presidente da Assembleia da República,.”

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa deu nota de toda a correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal.

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Álvaro Patrício do Bem.

De seguida os Vogais Diogo Manuel Soares Machado e Luís Miguel Capão Filipe apresentaram um requerimento à Mesa, do seguinte teor:

REQUERIMENTO À MESA

Os elementos da bancada do CDS/PP na Assembleia Municipal de Aveiro vêm por este meio recorrer da decisão unilateral da Mesa ao proibir o acto de fumar na sala onde este órgão habitualmente reúne.

Pedem, portanto, que esta decisão unilateral e pouco cortês seja motivo de discussão em plenário, onde será votada.

De facto, a verdade científica indica de modo inequívoco que a proibição de fumar é uma fundamental medida de saúde pública.

No entanto, a emanação da Assembleia deve dirigir-se aos cidadãos que servimos e não exclusivamente a nós próprios. Pelo que propomos:

REGULAMENTO MUNICIPAL AVEIRO: PRIMEIRO MUNICÍPIO PORTUGUÊS " LIVRE DE TABACO"

- Proibição de fumar em todos os edifícios de uso público, excepto em "*Smoking points*" devidamente assinalados, em locais ao ar livre ou devidamente arejados (expiração de fumo por exemplo).
- Restaurantes, cafés e bares com mesas ou zonas para fumador (ex: só junto ao balcão)
- Na via pública zona de "cinzeiros públicos".
- Campanha nos órgãos de informação nacional e local do início da aplicação da lei municipal, com vigilância de "brigadas anti-tabaco", recrutadas a nível da juventude" e posteriormente fiscais municipais/polícia.”

Vogal Manuel António Coimbra:

" Sr. Presidente de exercício, eu vinha apelar-lhe um ponto de ordem à Mesa. O Sr. Custódio Ramos há muito tempo que está nesta Assembleia Municipal, eu também já cá

estou há muito e nunca vi uma Assembleia tão insubordinada com esta está a ser. Pedia que, o Senhor que está nessas funções pela primeira vez, sentisse e pusesse ordem nesta Assembleia, coisa que eu nunca vi nos oito anos que já passei por esta casa.

Acho que a posição do CDS/PP, acho que estão a brincar com a Assembleia, mas no fundo o problema se calhar é um problema sério, é um problema só de democracia que nós devemos ter e de pedir a opinião. Acho que a Mesa teria entrado melhor nesta Assembleia, se nos pedisse a opinião do que é que nós achávamos, se realmente seria mais vantajoso para nós, que também somos cidadãos aveirenses, tomarmos as nossas decisões num ambiente sem fumo ou com fumo. Tomámos muitas decisões com fumo, podemos vir a tomar muitas outras também com fumo ou sem fumo. Agora, acho é que nós poderemos ser consultados quanto a isso e acho que devíamos ser. E já agora posso dar a minha opinião: é que acho que era muito bom se nós déssemos um passo em frente nesta nova Assembleia e proibíssemos de fumar enquanto estamos a discutir os assuntos da ordem de trabalhos e outros assuntos que dizem respeito à Assembleia e criarmos locais fora desta Assembleia, onde as pessoas pudessem fumar. Não estamos a proibir ninguém de fazer aquilo que quer, estamos é a respeitar a liberdade de todos aqueles que não querem fumar juntamente com os outros."

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Joaquim dos Santos Abreu.

Presidente da Mesa:

" Trata-se no fundo, de decidir se a Mesa decidiu bem, se decidiu mal. E eu digo o seguinte: Estivemos a estudar alguns regimentos sobre este tema e informo a Assembleia que há regimentos que proibem. A Mesa não decidiu proibir, não foi isso que eu disse. Eu disse que, pegamos no mote (foi a expressão que utilizei), do Dr. Candal no acto de posse e prosseguimos esta política de executar aquilo que ele expressou. De qualquer forma, foi perante o desafio do Sr. Diogo Machado que eu disse: se não concordam com esta tomada de posição, recorram. Portanto, vou propôr à Assembleia quem é a favor ou contra, ou quem é que se abstém relativamente à admissão deste requerimento."

Posto o requerimento à votação, foi o mesmo admitido com uma maioria de vinte votos a favor, quinze abstenções e um voto contra.

Vogal Jorge Nascimento:

" Sr. Presidente, queria fazer declaração de voto."

Presidente da Mesa:

" Sr. Dr. Jorge Nascimento eu lamento muito informá-lo, mas o artigo 42º n.º 6, proíbe declarações de voto nos requerimentos."

Vogal Miguel Capão Filipe:

" Eu apenas queria dizer o seguinte: que o hábito de proibição de fumar aqui é excepcional e estou cem por cento de acordo. Agora, o que eu pretendo é alargar isso em termos de regulamento municipal, porque eu há muito que advogo que Aveiro tem que ser o farol do País em múltiplos aspectos e se pudermos colocar em termos de regulamento municipal, até para testar aqueles que são anti-regionalistas e ver se podemos de facto, aplicar um regulamento sob a forma de lei no município aveirense e tornando-o o primeiro município azul do país. Ou seja, o que eu pretendo é que essa mesma proibição de fumar, que cientificamente é o mais correcto possível, quer em

termos de fumo activo, quer em termos de fumo passivo, que não se cinge a três horas por mês, num determinado edifício. Ou seja, que uma pessoa não encontre uma medida tão importante de saúde pública apenas num edifício e durante três horas e que encontremos essa medida de saúde pública generalizada em termos de município português e colocar o Concelho de Aveiro como o primeiro Concelho do País a azul. Infelizmente, como sabem, o município deixou de ser azul e amarelo, pelo menos agora, continuar azul, mas noutra sentido.”

Vogal João Barbosa:

“ Sr. Presidente, era só para informar o Sr. Dr. Capão Filipe. É que realmente o povo de Aveiro já disse, que não quer que este município seja azul, até porque passou a ser rosa.”

Vogal Jorge Nascimento:

“ Sr. Presidente, muito brevemente, porque eu também considero como o Dr. António Coimbra, que já temos período para discutir estes liminares alongado demais e peço desculpa ao Sr. Presidente por este reparo, mas é o meu sentimento frontal e claro. Eu queria fazer isto sob a declaração de voto, o Sr. Presidente corrigiu-me e bem. Realmente esse artigo que citou, o artigo 42º, não permite que se façam declarações de voto na admissão de requerimentos. Mas eu penso, que o aqui está em causa e isso que fique bem claro, pela iniciativa de alguns membros da bancada a que pertença, não é propriamente o fumar ou não fumar. Isso deve ficar claro. Penso que até isso foi bem sublinhado pela brilhante intervenção do Sr. Dr. Capão Filipe. O que está em causa é exactamente o princípio da democraticidade; o que está em causa é pôr a Mesa confrontada com os membros da Assembleia que a Mesa não deve ter o poder de ditar, ser ditatorial nas medidas que toma. Portanto, que a Mesa fique de ora avante avisada, que deve apreender a sensibilidade desta Assembleia quando quiser tirar medidas. E seja o Sr. Dr. Candal, pessoa que muito prezo, seja o Sr. Custódio Ramos, que igualmente merece o meu respeito, não têm o direito de vir aqui impôr coisas sem primeiro apreender qual é o sentido dos membros desta Assembleia. Portanto, Sr. Presidente da Mesa, solicito: respeitinho.”

Vogal António Salavessa:

“ Desculpe Sr. Presidente e desculpem Srs. Deputados de eu dar um cunho um pouco pessoal a esta questão. Fala-vos um fumador inveterado que não toca no tabaco há catorze anos e que cada cigarro que vê é um sofrimento. Eu vou-me abster nesta votação porque sei o que significa o ser obrigado a não fumar, mas peço, caso a decisão seja a de continuar a fumar, aos fumadores, para limitarem ao máximo esse hábito.

Quanto à proposta de um Regulamento Municipal, Sr. Dr. Capão Filipe, de facto não é esse o caminho para implementar um regulamento, não pode ser através de um requerimento à Mesa.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“ Sr. Presidente, eu creio, pelo menos existiu e creio que não foi revogada uma legislação no sentido de proibir que se fume em lugares públicos fechados. Se esta legislação existe e com certeza que há aqui juristas que melhor do que eu poderão dizer se existe, se continua ou não a existir esta legislação, estamos de facto aqui a promover

votações que são descabidas, porque se estamos num estado de direito, deve-se cumprir o que está estabelecido por lei. Queria portanto só concluir que se esse diploma legal existe, esta votação não tem sentido, até porque se ganhar os proponentes de se continuar a fumar nesta Assembleia e se essa legislação existir, eu impugnarei essa votação.”

Vogal Diogo Soares Machado:

” Sr. Presidente, muito obrigado. Ninguém, pelo menos dos proponentes deste requerimento, está a brincar com a Assembleia nem, creio eu, qualquer um deles admite que possa ser sequer aventada essa hipótese nesta sala. Isto como uma pequena nota introdutória para que cada macaco saiba perfeitamente o galho em que tem que pousar. Em segundo lugar, para informar a Mesa, porque pelos vistos não está informada, de que o Dr. Candal na Sessão da instalação desta Assembleia apenas aventou a hipótese de o funcionamento correr tão bem que num futuro próximo ou longínquo (...) Reparei que na minha mesa não havia um cinzeiro e pedi-o ao funcionário de apoio a esta Assembleia, o qual me comunicou que tinha ordens expressas da Mesa para não serem distribuídos cinzeiros, ponto um.

Ponto dois, dirijo-me à pseudo zona de fumadores para fumar um cigarro, porque sou fumador, e noto que está alguém do público a fumar sentado, que imediatamente foi proibido pelo funcionário de apoio a esta Assembleia de fumar na zona onde estava porque aquele não era o ghetto dos fumadores.

Em terceiro lugar, Sr. Presidente, gostaria de dizer-lhe que de bom grado, se a atitude do Sr. Presidente ou da Mesa não tivesse sido esta, que eu acederia a um pedido da Mesa para que nesta sala se deixasse de fumar. Porque obviamente, mesmo sendo eu fumador, concordo inteiramente que podemos até ser nocivos a quem não é. Concordo inteiramente também que o ambiente nesta sala se calhar ficaria qualitativamente mais respirável.

Em quarto lugar, gostava de pedir ao Sr. Presidente que antes de tomar estas medidas, pensasse um pouco em que, se nós fumadores (e eu nesse rol me incluo) estamos dispostos a obviamente para bem de todos, parar de fumar na sala de reuniões, da mesma forma e porque ser fumador não é crime, solicitamos ao Sr. Presidente que antes de tomar estas medidas extemporâneas, ditatoriais e unilaterais, pelo menos arranje condições mínimas para que os fumadores possam satisfazer o seu vício e simultaneamente assistir ao normal desenrolar dos trabalhos desta Assembleia. Por isso, Sr. Presidente, peço-lhe que tenha o bom senso de apelar ao bom senso desta Assembleia e não de impôr medidas extemporâneas, unilaterais e ditatoriais.”

Presidente da Mesa:

” Eu então pergunto à bancada do CDS se retira o requerimento.”

Vogal Albino Gaspar:

” Meus Senhores, eu sou um veterano fumador e sou um caloiro nas andanças desta Assembleia. Julgava que esta Assembleia era mais expedita no andamento dos seus trabalhos. Premonitoriamente trouxe "chiclets", porque lembrava daquela palavrinha de um fumador inveterado, que também é o Dr. Carlos Candal, ao deixar insinuado que aqui se deixaria de fumar.

Avance com a votação, porque eu respeitarei a vontade da maioria.”

Vogal Henrique Diz:

" Sr. Presidente, é certamente esta a primeira Assembleia em que eu participo e em que se perde mais tempo com o ponto antes da ordem do dia do que certamente com a ordem do dia, com tantos pontos importantes que nós temos para discutir. Penso que este é se calhar tão importante, que nós talvez devemos fazer subir isto à comissão de liberdades e garantias da Assembleia da República, talvez ela nos possa ajudar a tomar alguma decisão e não sei mesmo se não à comissão encarregada do ambiente, uma vez que estávamos aqui a falar de bom ambiente e mau ambiente. Possivelmente o mau ambiente ficará pior após algumas intervenções do género daquelas que ouvi hoje. Eu gostaria que o Sr. Presidente, antes de avançar com mais nada, pudesse obter um esclarecimento acerca da lei, se a lei existe ou não existe, porque se a lei existir esta discussão é estéril, não estamos aqui a fazer nada; se a lei não existir, então poderemos continuá-la mais tarde. O que eu sugeria ao Sr. Presidente, é que hoje continuássemos em regime de não fumador até completo esclarecimento sobre se a lei existe ou não existe. Não vamos estar nós a infringi-la por desconhecimento da lei. Ora, tanto quanto eu saiba e há aqui juristas na sala que o sabem melhor que eu, o desconhecimento da lei não nos dá o direito de a infringir. Portanto, antes que a infringjamos, por favor, abstenhamo-nos hoje de fumar e o Sr. Presidente, por favor, obtenha os esclarecimentos necessários."

Presidente da Mesa:

" Perguntei aos outros elementos da Mesa e são unânimes em dizer que a lei existe, mas não a invocamos nem a trouxemos porque não quisemos seguir essa via."

Vogal Miguel Capão Filipe:

" O CDS/PP ou os subscritores tiraram isto, mas penso que deveria ser criada uma comissão a nível municipal para verificar se isto poderá ser aplicado em termos de Regulamento Municipal, por exemplo, temos diferentes tipos de municípios com este tipo de regulamento a nível de Estados Unidos, a Europa, etc, basta mandar para lá faxes. Aqui não é a questão política, aqui é uma medida importante e de farol para o resto do país. Falou há bocado na Assembleia da República; a Assembleia da República não a considero nenhuma escola de virtudes, antes pelo contrário, quer dizer, interessa-me mais Aveiro do que essa escola de virtudes da Assembleia da República."

Entretanto saíram da sala os Vogais: Luís Miguel Capão Filipe, Diogo Manuel Soares Machado, Joaquim António Gaspar Albino e Raúl Ventura Martins.

Tendo sido retirado o requerimento, o Presidente da Mesa passou de imediato à votação das actas:

- Acta n.º 84/97 - Submetida à discussão não se registaram intervenções. Posta à votação veio a mesma a merecer aprovação por doze votos a favor e vinte abstenções.

- Acta n.º 01/98 - Submetida à discussão registou-se a intervenção do Vogal:

Britaldo Rodrigues:

" Ao ler esta acta, reparo que ela é uma transcrição "ipsis verbis" do que foi dito pelos membros desta Assembleia que usaram da palavra. Contudo, no caso do Sr. Presidente da Assembleia, eu lembro-me que algo foi dito e que não consta desta acta. De facto e no contexto do parágrafo em que o Sr. Presidente afirmou que: "Penso que a Assembleia Municipal tem um papel próprio a desempenhar, para além, do que consta da lei e do que consta do regimento, pode ser aqui um colectivo de debate de

todos os temas sem excepção; embora por obrigação estejamos cingidos ao exercício das funções restritas, que directamente a lei nos incumbem. Mas não vejo razão para que se não for em sessão normal, para em conferência ou em debate aberto, discutirmos os próprios problemas nacionais; não perdendo de vista que somos apenas Assembleia Municipal." E depois, muito concretamente, ele exemplificou. E exemplificou com a sugestão de um debate que se poderia fazer sobre a interrupção voluntária da gravidez. Pergunto: porque razão desapareceu este tema do registo aqui da acta? É que eu acho que era importante debater este assunto e antes da ordem do dia eu queria mesmo sugerir que esse debate se fizesse."

Presidente da Mesa:

" Sr. Professor Britaldo Rodrigues, se escapou, pode eventualmente enquanto se muda a cassete não ter ficado isso gravado. De qualquer forma nós convidamo-lo a ouvir "ipsis verbis" a cassete. Nós vamos ouvi-la e se houve qualquer lacuna da nossa parte será incluída essa observação."

Posta a acta n.º 1/98 à votação, veio a mesma a merecer aprovação por vinte e sete votos a favor e cinco abstenções.

De seguida entrou-se no período regimental de antes da ordem do dia.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Vogal Jorge Nascimento:

" Sr. Presidente desta Assembleia, tenho a honra de iniciar com efectividade o debate desta Assembleia neste mandato, porque até aqui temos estado com questões formais e vamos de facto agora aos assuntos que realmente interessam à gente de Aveiro, a esta Assembleia, a todos nós.

Começo por dirigir à Mesa os meus cumprimentos, à Câmara, na pessoa do Sr. Presidente que é quem representa e de todos os Srs. Vereadores, evidentemente, e às bancadas, a todos os Vogais desta Assembleia. Portanto, a todos sem excepção, os cumprimentos generalizados com os desejos de que tenhamos um mandato com proficuidade para bem dos cidadãos de Aveiro, para bem da população de Aveiro, para bem do nosso Concelho.

Eu fico de certa maneira tranquilo por ver aqui nesta Assembleia, hoje, o Sr. Libério, Presidente da Junta de Freguesia de S. Jacinto, por quem desde há muito me habituei a nutrir, sinceramente, a maior consideração. Vinha hoje falar dele e de S. Jacinto e ficaria de certa maneira perturbado e de algum modo inibido se realmente o Sr. Libério aqui não estivesse, porque na verdade não gosto de falar das pessoas sem elas estarem presentes. Temos sido confrontados nos últimos tempos, com uma situação, a meu ver algo melindrosa e tem a ver com a essência até da democracia e do mando em S. Jacinto. E eu já digo porquê. Correu a eleição, como era próprio no âmbito legal do Decreto-Lei 100/84, dos órgãos da Freguesia e especialmente dos vogais da Junta. Aparentemente tudo teria corrido bem, mas a certa altura geraram-se desconfianças dos eleitos do CDS/PP, por parte dos eleitos CDS/PP e por parte dos eleitos do Partido Social Democrata. Pode isto perfeitamente ter acontecido, as suspeitas não terem sequer fundamento, mas o que é certo é que as pessoas, pelo que me é dado saber, acabaram a votação, chegaram ao exterior, tinham feito um acordo de eleição e depois houve um traidor. A situação normal. Também já pode ter acontecido em vários sítios. Mas depois todos geraram em si o protesto de dizer que

foram fiéis à votação e vai daí que interpelam o Sr. Libério para ele mostrar os votos, até porque os votos tinham sido escritos nominativamente pelo punho dos eleitores, isto é, dos membros eleitos pelas listas e portanto, fácil seria confirmar se realmente os vogais da Junta estavam eleitos com autenticidade ou se teria porventura, havido alguma irregularidade. Seria próprio nestas circunstâncias que o Presidente da Junta, designadamente o Sr. Libério, mostrasse os votos. Quem não teme não deve e portanto era negócio limpo, coisa serena e correcta os votos serem exibidos para acalmar os suspeitantes e até para acalmar (porque o caso alastrou) a toda a população de S. Jacinto, a ponto de os sinos terem (vergonhosamente num acto eleitoral) tocado a rebate. Quer dizer, clama o povo: Mostrem-se os votos. E os votos, o que é facto, é que nunca apareceram. Portanto, aqui geraram-se, a meu ver, fundadas suspeitas. Isto tem alguma importância, porquê? Porque a Junta acaba por funcionar, os timoneiros da junta são outros diferentes do que seriam se realmente o acordo eleitoral tivesse funcionado. Mas não é isso do acordo que interessa. Haja acordo ou não haja, houve votação. O que é impróprio é que realmente o Sr. Presidente da Junta não tenha mostrado os votos aos eleitores, que a eleição não tenha sido pública e a certa altura, no âmbito desta suspeição, o Sr. Libério aparece a pôr os votos. Eu o que queria era convidar, de facto, o Sr. Libério e o Partido Socialista a porem termo a esta situação, exibindo os votos. Porem termo a esta situação passou a ser de séria suspeição, fazendo o Sr. Libério com esta coisa tão singela e tão simples, que seria mostrar aos membros de ambos os partidos que intervieram na eleição, os votos que eles subscreveram. Evidentemente se houver convencimento, cessa toda esta desagradável polémica. A não ser assim, então convido o Partido Socialista a ter alguma intervenção nisto.”

Entretanto deram entrada na sala os Vogais Luís Miguel Capão Filipe, Diogo Manuel Soares Machado e Joaquim António Gaspar Melo Albino.

Vogal António Salavessa:

"Seria positivo que fosse dada uma explicação a esta Assembleia pelo Sr. Presidente da Junta de S. Jacinto, acerca das notícias que têm vindo a lume sobre os estranhos acontecimentos ali ocorridos. Por um lado, acerca da polémica votação para a composição do executivo da Junta de Freguesia, já aqui escarpelizado pelo Dr. Jorge Nascimento. Por outro lado o facto de a Junta, ou o seu Presidente, estar a ser cobertura de uma acção de subcontratação da empresa multinacional Phillips.

É evidente que estes assuntos dizem respeito, essencialmente à autarquia freguesia, mas o Sr. Libério Santos, é cumulativamente membro desta Assembleia, razão pela qual estas perguntas se justificam. Tanto mais, que a questão do Executivo da Junta está a ser motivo de intervenção junto dos tribunais e da empresa fantasma Riatrónica estar a ser razão da intervenção sindical, dos serviços do Ministério do Trabalho, da Segurança Social e do interesse da Comunicação Social.

A empresa Riatrónica, também já chamada "Nebulosa de S. Jacinto" não existe legalmente, não está registada, não desconta para a Segurança Social. Mas na realidade, em instalações da Junta de Freguesia trabalham mais de 40 pessoas que receberam formação profissional na Phillips, que trabalham em máquinas disponibilizadas pela Phillips, que faz o fornecimento de matérias primas e garante o escoamento do produto, sendo o processo produtivo acompanhado por quadros daquela empresa.

Estão a trabalhar há três meses e desde então, os recibos de salários têm sido, ao que parece, passados à Junta de Freguesia.

Estando nós, PCP, de acordo com a criação de emprego, nomeadamente e prioritariamente em localidades como S. Jacinto, já não podemos aceitar que a criação de emprego não seja acompanhada, pela legalidade e pelo respeito pelos direitos de quem trabalha, nomeadamente no que diz respeito à inscrição na segurança social e à garantia de manutenção dos postos de trabalho.

Podemos estar perante mais um caso de boa vontade e de possível ingenuidade do Sr. Presidente da Junta mas, sinceramente, começam a ser casos a mais. Talvez fosse tempo de fazer uma inspecção ou sindicância àquela Junta de Freguesia, que, como é sabido, movimenta muito mais dinheiro do que aquele que, à primeira vista, possa parecer.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Comissão Parlamentar de Saúde esteve de visita ao Distrito de Aveiro. Para saudar a efeméride o Sr. Administrador Regional de Saúde da Região Centro deu a boa nova. O Hospital de Aveiro vai ter um equipamento TAC (Tomografia Axial Computadorizada). Vai ter, foi o que disse. Vamos a ver é quando é que a promessa é cumprida, porque, infelizmente, nós em Aveiro, somos frequentemente confrontados com promessas que são sistematicamente adiadas para mais tarde. Mas essa promessa é muito pouco para a situação actual da prestação de cuidados de saúde na nossa região e no nosso Concelho. A começar pelo quadro insuficiente de médicos de família nos centros de saúde do Concelho. São milhares e milhares de pessoas sem médico de família atribuído, pelo simples facto de não serem criadas as vagas necessárias, que correspondam à evolução da população da nossa região. A criação do regime de consulta aberta no Centro de Saúde de Aveiro não é suficiente nem corresponde, em termos qualitativos, ao acompanhamento dos utentes pelo seu médico de família, conhecedor profundo da situação do utente e da sua evolução.

Outra questão bem grave é a degradação do Hospital de Aveiro e a sua lenta desvalorização perante outros centros hospitalares já existentes ou em fase de instalação. Enquanto que para o novo Hospital de Santa Maria da Feira (um novo Amadora/Sintra) parece haver tudo, o mesmo não acontece com outras unidades hospitalares nomeadamente o de Aveiro.

Ao prever apenas noventa mil contos para este ano, para o Hospital de Aveiro, o PIDDAC ficou muito aquém daquelas que são as verdadeiras necessidades. A começar pela mais que premente reestruturação do serviço de urgência completamente desadequado do que seria actualmente necessário, local onde profissionais e doentes trabalham e sofrem em péssimas condições, e onde os doentes permanecem horas desnecessárias e dolorosas (acontecendo perda de vidas) porque há exames complementares de diagnóstico que chegam a demorar três a quatro horas. Sr. Presidente, Srs. Deputados, a situação da saúde no Concelho de Aveiro, onde incluo a questão da escola de enfermagem e a rede de unidades de saúde de todo o Concelho, é merecedora da maior atenção por parte desta Assembleia, razão pela qual sugiro que, neste semestre, a Assembleia realize um debate específico sobre esta matéria, no quadro previsto pelo actual regimento.”

Vogal Libério Santos:

" Eu quero dizer que a respeito da votação, a democracia em S. Jacinto queriam-na queimar quando tocaram o sinal de rebate. Dizia: Queima-se a democracia e para a Junta vai quem a gente quer. Quero dizer que a votação foi democrática, são só sete votos. Também quero dizer que, por exemplo, já funcionou aqui nesta Assembleia a bancada do PP, quando deveria funcionar outras bancadas. Há sempre um traidor. É um traidor, furou, acabou, tem que assumir. Há quatro anos na Freguesia da Torreira

sucedeu precisamente isso. O PP e o PSD, eram precisamente quatro ou cinco e depois houve um que fugiu. Fugiu, traíu. Agora têm que assumir democraticamente, porque nós somos democratas. Agora eu não admito é que digam em S. Jacinto que se queime lá a democracia e põe-se lá quem quiser. Eu ganhei as eleições democraticamente, isso não duvidem. Agora, eu não posso é assumir aquilo que as pessoas fazem. Depois da votação, a Presidente da Assembleia que é do PSD regressou novamente e já tinha acabado a sessão e pediu para ver os votos; depois, no dia seguinte disse: eu vi aquilo muito rápido, mostrou muito rápido o Sr. Presidente. Eu não admito isso porque se é rápido mandava voltar atrás. Depois o que sucedeu? Como foi por escrito queriam saber quem era o traidor. Eu aí não assumi responsabilidades, nem assumo. E aliás, democraticamente a votação é feita e acabou, não se mostra votos a ninguém. Mostra-se quando está na eleição e mostrou-se. Agora, não admito é que façam asneiras e depois tentem responsabilizar pessoas que não têm nada a ver com isso.

O Ministério das Finanças está em S. Jacinto a ver as contas da Junta de Freguesia, que é isso que preocupa mais o Sr. Salavessa. Lá o rendimento mínimo garantido foi precisamente através e que colaborou com esta situação porque era para ser feito uma cooperativa que se chamaria Riatrónica, mas que nunca existiu e precisamente para as máquinas da Phillips não irem para a Polónia para conseguirmos garantir trabalho àquelas pessoas de S. Jacinto, a Junta de Freguesia assumiu e eu estou aqui e assumo, não tenho problemas nenhuns. Talvez, como o Sr. Salavessa diz, por falta de conhecimentos ou qualquer coisa, mas a minha intenção é dar trabalho às pessoas, não é outra, com o apoio do Centro Regional de Segurança Social, Centro de Emprego, Centro de Saúde, a Paróquia, incluindo a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal de Aveiro.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

"Querida expresso o quanto nos apraz verificar que a nível nacional existe uma concordância entre o PSD e o PS, no sentido de levar à consideração de todos os portugueses através de um referendo, a grave problemática da interrupção voluntária da gravidez. Gostaria de sugerir que, em virtude de se ir verificar este referendo, o assunto venha a ser debatido nesta Assembleia, tal como foi sugerido anteriormente pelo Sr. Presidente, na última reunião, à qual eu já fiz referência durante esta reunião. Trata-se de facto de uma matéria que por envolver decisões sobre a vida, deve ser discutido, debatido em todo o lado. Diz respeito a todos, a nível individual e institucional. Por isso, fica aqui uma sugestão."

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Raúl Ventura Martins.

Vogal Virgílio Nogueira:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, Aveiro possui uma tradição cineclubista que outrora foi sede de liberdade de pensamento e espaço de contestação política. Vasco Branco será, talvez, o mais insigne representante dessa geração cineclubista que usava a imagem filmica para contestar o que hoje apelidamos de Antigo Regime. Com o advento da democracia a missão do cineclubismo não é menos relevante. Pelo contrário. E eu falo-vos do caso concreto do cineclub de Aveiro, que é quem nestes tempos varridos pela mira do lucro, consegue salvaguardar a pluralidade da expressão técnica e estética do cinema. Devemos ao nosso cineclub a vinda a Aveiro de películas de extremo interesse cultural e artístico que pelos caminhos e critérios comerciais nunca veríamos. Mas este labor do cineclub de Aveiro, o do

desenvolvimento da cultura cinematográfica do nosso Concelho, reivindica a votação de condições para a projecção cinematográfica. É, neste sentido, um interesse da autarquia prosseguir com o projecto que prevê o equipamento do Grande Auditório do Centro Cultural e de Congressos com material de projecção cinematográfica. A este propósito e ao abrigo da alínea e) do Art.º 2º do Regimento da Assembleia Municipal de Aveiro, solicito através da Mesa informações sobre o desenrolar deste projecto de equipar o Grande Auditório do Centro de Cultura e Congressos com equipamento de projecção cinematográfica que, segundo a imprensa tem revelado, aufere de um apoio do Procentro na ordem dos 75%.”

Presidente da Mesa:

"Sr. Dr., esse pedido, invocou o Regimento, tem que entregar oportunamente quando entender, na Mesa um texto a solicitar e a explicitar melhor."

Vogal Armando Vieira:

" Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes de mais quero desejar aqui um rápido restabelecimento do Sr. Presidente eleito, Dr. Carlos Candal, na sequência da intervenção cirúrgica a que teve que se submeter. É com tristeza que digo que nós, Assembleia Municipal de Aveiro, no dia que talvez tenha mais público desde que aqui estamos já há muitos anos, estamos a dar uma péssima imagem da mesma, estejamos a transmitir a ideia que estamos a brincar com coisas sérias e estejamos a dar uma ideia de indignidade e de pouca seriedade no tratamento das questões que verdadeiramente interessam à Cidade e ao Concelho.

Apelo pois, Sr. Presidente, para que sem coarctar a palavra de ninguém, seja célere o funcionamento da Assembleia na prossecução dos verdadeiros interesses do Concelho e dos seus munícipes. Posto isto, permita-me que faça aqui um apelo ao Sr. Presidente da Mesa, ao Sr. Presidente da Câmara, ao Sr. Presidente da Junta de S. Jacinto, o meu caro colega, para que esta questão da eleição da Junta de S. Jacinto que de algum modo afecta a imagem de uma classe que penso os Aveirenses se habituaram a respeitar e que nós desejamos que continuem a respeitar, peço pois, a quem de direito que intervenha, que o Sr. Presidente da Junta eleito democraticamente, questão que ninguém põe em causa, todos juntos se esforcem para repôr a verdade dos factos com traições ou sem traições. É sério o que se passa e é mau para a nossa imagem de autarcas de primeira linha, como somos os Presidentes de Junta e que em Aveiro, suponho, tem um prestígio e um capital acumulado de simpatia. Vamos todos, pois, em conjunto defender esse capital, essa simpatia e esse prestígio. Mas, meu caro colega, duas violações foram feitas, que eu sou o primeiro a lamentar. Porquê uma eleição de uma Assembleia de Freguesia à porta fechada? Um acto que deveria ser uma festa. Eu devo dizer-lhe que nos mandatos que já levo, a coisa que me entristece é ver uma Assembleia de Freguesia e normalmente haver um assistente ou dois ou às vezes até nenhum. É lamentável, é muito triste. Portanto, a eleição da Assembleia da Freguesia deveria ser de porta aberta. Depois, porquê a não exibição dos votos? Sr. Presidente quem não deve não teme, exiba os votos para quem de direito ou devia tê-los exibido. Vamos todos com senso, lutar pela dignificação e pela continuação da dignificação desta classe que serve sistematicamente a população de uma forma praticamente gratuita, com grandes sacrifícios pessoais. E pela parte que me toca, não aceito, fico triste que por esta razão ou por outras razões menos avisadas com notícias na imprensa que podem ser interpretadas pela população de uma forma até diversa daquela a que os jornalistas pretenderam dar que esteja a ser posto em causa

a honestidade desta classe que deve, que tem razões, que tem dado provas e que deve continuar a ser respeitada e deve merecer o respeito dos Aveirenses."

Vogal João Barbosa:

" Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes de mais queria-me dirigir à comunicação social e pedir-lhes perdão por estar de costas. Não é muito do meu agrado, mas também é facto que os anjos não têm costas. Queria aqui e como Presidente de Junta e numa altura em que os Presidentes de Junta estão sensíveis, que segundo me foi dado a conhecer, na eleição para Presidente de Junta houve uma votação de porta aberta, com uma mesa constituída democraticamente e que os votos foram considerados correctos na altura da votação, eu tenho que dar o meu apoio solidário como Presidente de Junta e até prova em contrário, tenho que acreditar no Presidente de Junta, assim como acredito em todos os outros meus colegas. E peço essa solidariedade a todos os outros colegas. E quero já agora, também dirigir-me ao Sr. Dr. Nascimento, que nós estamos habituados, não só nesta Assembleia, como nas Juntas de Freguesia, muitas vezes a contar com votos que depois sem sabermos porquê ou por outras razões, falham-nos.

Queria dirigir-me à Câmara e dirigir-me neste caso ao Sr. Vereador do Pelouro da Cultura. Ano passado, no mandato anterior sugerimos à Câmara anterior que devia ser comemorado o centenário da morte de Manuel Firmino de Almeida Maia. Um ilustre aveirense em que devido aos seus feitos democráticos autárquicos, pensávamos e achávamos que devia ser comemorado o centenário da sua morte. Foi-nos garantido que sim e que seria, mas mais tarde ao passar essa data, o Sr.ª Vereadora da Cultura anterior disse-nos que essa data seria ser comemorada este ano. Foi-me dito também que o processo estava concluído e eu pedia ao Sr. Vereador que visse se realmente isso é correcto. Da mesma maneira queria dirigir-me ao Sr. Presidente da Câmara. Estamos a passar ou vamos passar o século muito proximamente. O ano passado também sugerimos e foi aceite, que para motivar as pessoas de Aveiro, para motivar os jovens, que devíamos começar por fazer uma festa de passagem de ano ao ar livre para que a passagem de século fosse passado na rua. Eu já que foi aceite a sugestão mas não foi cumprida, eu pedia ao Sr. Presidente da Câmara que este ano se comesse por uma festa pequena, com um conjunto de apoios de diversas ordem e que essa passagem fosse feita numa das ruas ou num dos espaços da Freguesia da Vera Cruz, em que a Freguesia dará todo o apoio e tudo o que for necessário para se concluir a passagem do ano na rua em Aveiro e acima de tudo, para captar jovens e pessoas de outras cidades a terem uma animação mais capaz no nosso Concelho."

Vogal Diogo Soares Machado:

" Sr. Presidente muito obrigado. Em primeiro lugar, para através da sua pessoa saudar a nova Câmara, desejar-lhe um bom trabalho na condução dos destinos do nosso Município e prestar de uma forma simples o meu contributo de ajuda naquilo que me for alcançável.

Em segundo lugar, para no seguimento de uma notícia que li esta semana, solicitar à Câmara através do Sr. Presidente, esclarecimento acerca do avanço ou não do ICI em 1999. Eu recorro que este meu pedido de esclarecimento vem no seguimento de uma moção aprovada no mandato anterior, moção essa, se não me engano, da autoria até da bancada da CDU, Sr. Salavessa, no sentido de interpelar o Sr. Ministro e de lhe fazer recordar que realmente que esta é uma obra viária de extrema importância para o Concelho de Aveiro, é uma obra viária que neste momento urge encetar.

Recordo-me também que na altura houve resposta da parte do Ministro da Tutela, Engº João Cravinho, de que o itinerário complementar não arrancaria até final de 1997. E porque o Sr. Salavessa falou há bocado de promessas eternamente adiadas, eu pegaria nesta expressão que considero particularmente feliz quando aplicada ao ICI, porque uma vez que está já resolvido, creio eu, o problema das portagens do Oeste, uma vez que está pacificada toda a luta até na Ponte 25 de Abril, uma vez que todos os focos polémicos que levaram até a ameaças da parte do Sr. Ministro João Cravinho, quanto ao avanço da ICI estão eliminados, eu gostaria de pedir esse esclarecimento à Câmara Municipal, se efectivamente está informada de para quando o avanço da ICI; se efectivamente é para avançar em 1999 e de que forma a Câmara Municipal tenciona pressionar o Ministro da Tutela para que uma obra tão fundamental como esta é para o desenvolvimento do nosso Concelho, nomeadamente em termos de acessibilidades.

Terminando, pedindo à Câmara, através da pessoa do Sr. Presidente em exercício, que exercesse todas as formas possíveis ao seu alcance de pressão sobre o Ministro da Tutela, para que esta obra efectivamente possa rapidamente vir a ser uma realidade para o nosso Concelho de Aveiro.

Em segundo lugar e ainda a propósito do velhinho tema de S. Jacinto (velhinho não cronologicamente mas porque está estafado) e obviamente, retirando desta polémica a Câmara Municipal, eu gostaria de mais uma vez e na sequência de uma intervenção que eu considero bastante correcta e ajustada do Sr. Presidente da Junta de Oliveirinha, de exortar, de pedir, de explicar ao Sr. Libério Santos que não foi só ele que foi democraticamente eleito para o órgão autárquico que é a Junta de Freguesia de S. Jacinto. Mais pessoas o foram. E mais pessoas foram eleitas para representar gente que outrora não votou nessas pessoas ou no partido que essas pessoas representavam e que hoje em dia, ou que nas últimas eleições autárquicas efectivamente votou. E votou porque achou que alguma coisa era preciso mudar e votou porque achou que havia mais pessoas com capacidades para estar na condução dos destinos de uma Freguesia tão peculiar e característica como é S. Jacinto, ou seja, em termos de democracia ou igualdade não há um eleito, há vários eleitos.

E em termos de Assembleia de Freguesia não deixa também ela de ser uma eleição democrática. Em termos de Assembleia de Freguesia, quem foi eleito para representar aquilo que o povo quis que representasse tem esse dever de representar e nesse dever de representar inclui-se o direito de tomar opções. E isto é válido em democracia. De igual forma o são as eleições que o Sr. Libério tanto atira para a fogueira. E isto não é nenhum tipo de ataque pessoal, nem o quero fazer. Apenas quero pedir com veemência e mais uma vez e porque como muito bem disse o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Oliveirinha, quem não deve não teme e eu acho que o Sr. Libério não devia temer porque se calhar não deve, facilmente, com uma perna às costas até diria, todo este equívoco, toda esta embrulhada, todos estes mal entendidos seriam resolvidos e toda a situação se pacificaria a bem, até daqueles que elegeram o Sr. Libério como Presidente de Freguesia de S. Jacinto. E a solução para esse problema, o desfazer para estes mal entendidos está na mão do Sr. Libério Santos e muito facilmente o Senhor pode resolvê-lo, mostrando os votos, se é que ainda os tem. Mostre os votos. O Senhor não deve, o Senhor não teme. Mostre os votos. Há aqui gente de S. Jacinto (pelos vistos já não é o Senhor o único a sacrificar-se a vir às Assembleias Municipais) que veio propositadamente a esta Assembleia ouvir-me a mim, ouvir colegas desta Assembleia, exortá-lo como eu estou a fazer e outros fizeram antes de mim. Para que mostre, senão Sr. Libério no espírito de todos nós se esse mal

entendido não for desfeito, a suspeição vai recair sobre si e o Senhor estará a defraudar quem o democraticamente elegeu."

Vogal Élio da Maia:

" Registado um testemunho e um agradecimento neste órgão máximo do Concelho de Aveiro que é a Assembleia Municipal, em relação a algo de lindo que aconteceu aqui no Concelho nos últimos cinco dias e refiro-me a um incêndio que destruiu um acampamento que existia na Freguesia de S. Bernardo de uma comunidade cigana. Esse incêndio provocou uma onda de solidariedade que penso que é bom realçarmos. E queria aqui destacar o envolvimento de toda a comunidade, para além dos limites da própria Freguesia, também de muitas instituições, dos Serviços Municipais de Protecção Civil que de uma forma muito eficiente e com total entrega acompanharam o caso, aliás, o próprio Vereador Sr. Jaime Borges esteve no local e teve oportunidade de verificar isto e a todos queremos deixar aqui um agradecimento, quer como Presidente de Junta pela colaboração que prestaram, quer como cidadão pelo exemplo que deram. Mostraram que em Aveiro há entreaajuda, há solidariedade e mostraram que é possível fazer coisas lindas para que todos possamos viver com dignidade.

Por último, que não em último, é um apelo à Câmara. Para que continue a apoiar este esforço que está a ser desenvolvido para dar abrigo a dezasseis pessoas, incluindo dez crianças que ficaram com as suas casas destruídas."

Vogal Rogério Madaíl:

" Sr. Presidente, venho trazer a esta Assembleia uma questão que me preocupa, relacionada com o desenvolvimento económico deste Concelho. Com efeito, Aveiro tem vindo a perder uma posição no contexto económico do país em termos de criação de empresas. Tal situação resulta em certa medida na falta de zonas industriais para implantação das mesmas. Em termos estatísticos e comparando os dados de dois concelhos líderes na zona centro, poderemos dizer que Leiria tem mais 70% das empresas industriais do que Aveiro. Será mil e vinte seis contra mil setecentos e noventa e quatro, segundo o censo de 1996 de Dezembro. E mais 60% de empresas em termos globais do que Aveiro. Ora, este índice corre precisamente em sentido contrário com o índice de poder de compra. Aveiro tem mais 20% no índice de poder de compra de Leiria.

Portanto, alguma coisa está mal e penso que se impunha tomar algumas acções no sentido de criar zonas industriais ou talvez um pouco mais do que zonas industriais, zonas multi-sectoriais que incluam indústrias, serviços e comércio que permitam ancorar empresas com o efeito indutivo nas outras e criar desenvolvimento económico. Eu penso que isto é extremamente importante em termos da criação de postos de trabalho para o nosso Concelho. É neste contexto que vinha colocar uma questão ao Sr. Presidente: Qual o plano deste Executivo para a criação de zonas industriais, já que segundo me parece, actualmente se alguém quiser montar uma empresa neste Concelho não tem zona para se poder implementar e eles vão implementar as suas empresas para outras áreas."

Vogal Libério Santos:

" Quero dizer só aos líderes das bancadas, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara e Sr. Presidente da Assembleia da Junta de Freguesia de S. Jacinto, para todos em conjunto vermos os votos."

Presidente da Câmara:

" Boa noite a todos. É a primeira vez que venho a esta Assembleia Municipal como Presidente da Câmara e gostava por isso de cumprimentar todos os grupos parlamentares, os Srs. Presidentes da Junta de Freguesia, os Srs. Jornalistas e o público presente. Espero que este seja o começo de um novo ciclo político e de participações aqui na Assembleia que sejam frutuosas, profícuas, que possam constituir para mim um elemento de ponderação e de orientação e para todos nós o momento de pensarmos melhor, Aveiro e o seu desenvolvimento e as carências que tem.

Eu ia procurar responder àquelas questões que já me foram suscitadas, registei aqui a questão colocada pelo Virgílio Nogueira. Quanto à aquisição de equipamento para o cineclube, a informação de que disponho é que de facto uma aquisição está feita e está mesmo já a ser instalada. Surgiram pequenos problemas com a fixação de colunas de som e com a adaptação do espaço onde elas terão que ser instaladas, mas portanto, o processo está em curso e aquele centro virá a ficar com mais possibilidades para ser aproveitado, nomeadamente para a exposição de filmes. Depois em relação à sugestão do Sr. Barbosa, de passarmos o século e milénio e o ano no meio da rua, eu acho que todos nós temos a vontade de comemorar de uma forma especial a passagem desse momento, é uma questão que teremos que estudar, é uma questão de programa, de encenação, de saber quem está disposto a participar num carnaval que seja geral, que seja de facto uma forma diferente. Estou receptivo aos programas dos criativos, acho que de facto Aveiro devia marcar especialmente o seu carnaval, penso que todas as cidades e todas as comunidades o farão e portanto, pela minha parte encontrará sempre simpatia para que se proceda à elaboração de um programa atempado que transforme a passagem do ano 2000 numa enormíssima festa que todos vamos gostar de recordar mais tarde.

Subscrevo também, sem dificuldade nenhuma, a sua proposta para que se homenageie o Manuel Firmino. Não tive de facto possibilidade ainda de verificar o que se passou com a proposta anterior, pode ter ficado arquivada, não teve continuidade. O Sr. Jaime Borges vai tomar nota e vamos procurar esclarecer isso.

Depois, tenho uma questão do Diogo Machado quanto à evolução do ICI. Eu também considero que é fundamental para o desenvolvimento de Aveiro e toda esta região, que o ICI se conclua rapidamente e devo até dizer que em conversa com o Sr. Ministro João Cravinho já coloquei directamente esta questão e quis saber aquilo que perguntou, porque também estava preocupado. As informações de que disponho neste momento é que o ICI arrancará, será lançado ainda este ano. Não haverá ainda obra este ano, mas será lançado este ano, o que já não é mau. É uma promessa, vamos estar atentos, nestas coisas já se sabe que se não fizermos uma marcação muito cerrada, podem fugir, mas a indicação que temos é que será ainda este ano lançada. Aliás há outras Câmaras interessadas no ICI e que estão a pensar tomar outro tipo de iniciativas para que o Sr. Ministro não se esqueça. Nós estaremos sempre na linha da frente a recordá-lo.

Finalmente, quanto às zonas industriais. Como sabe, nós durante a campanha e o período pré-eleitoral, foi justamente uma das áreas sobre a qual nós reflectimos e sobre a qual tínhamos propostas concretas, porque achamos que Aveiro não tem zonas industriais condignas do seu desenvolvimento económico e das empresas de excelência que neste momento existem em Aveiro. E estamos a pensar, de facto, urgentemente requalificar toda a área das zonas industriais conferindo-lhes uma sinalética mais adequada, recompondo os passeios, arranjando as estradas, eventualmente com um posto de recepção onde seja facultada uma informação

rigorosa e precisa sobre o destino de quem procura. São zonas que para os menos atentos são das mais visitadas de Aveiro através dos representantes comerciais que visitam essas empresas e das mais mal tratadas em termos urbanísticos. É portanto necessário fazer esse esforço e nós estamos atentos a isso. Ainda não houve possibilidade de fazer muito, mas já tivemos alguns contactos nesse sentido e quanto à possibilidade de extensão que era, se bem percebi o alvo concreto da sua pergunta, temos talvez ainda possibilidade de estender na zona da Taboeira e vamos estar atentos a outras possibilidades.

E penso que quanto às questões que tinham sido colocadas dei todas as respostas.”

Presidente da Mesa:

"Eu pedia que as pessoas se limitassem a usar da palavra no âmbito do tema que escolheram na sua primeira intervenção.”

Vogal António Salavessa:

"Muito obrigado Sr. Presidente em exercício. Só é pena que, eu fiz aqui uma exposição a correr para cumprir os cinco minutos e que depois não tivesse havido um rigor em relação a outros assuntos.

Eu vou dizer apenas que em relação à intervenção do Sr. Presidente da Junta de S. Jacinto não compete em particular aos líderes de bancada, mas eu acho que as entidades competentes para fazer essa verificação já pediram para o fazer, portanto, deve é disponibilizar às entidades competentes. E quanto à questão do emprego, eu repito aquilo que disse. Eu quero deixar muito claro que nós somos favoráveis à criação de emprego, mas que a criação de emprego tem de ser acompanhada pelo respeito dos direitos, nomeadamente, inscrição na segurança social e garantia de manutenção dos postos de trabalho. Se isto está a acontecer, muito bem. Mas parece-me que não está. Registo com satisfação o facto de estar a decorrer uma inspecção, depois gostaria de conhecer os seus resultados. Sr. Presidente permita-me só uma entrada muito ligeira noutra área colocada por outro Sr. Deputado em função da resposta do Sr. Presidente da Câmara. Eu acho que, em relação ao ICI o que nós precisamos além da promessa é de um pedido de desculpa a Aveiro e a toda a região. Isto porquê? Porque em Novembro de 1996 numa reunião feita no Governo Civil com a presença dos autarcas de toda a região, o Secretário de Estado das obras públicas, Crisóstomo Teixeira, afirmou perante esses autarcas que as obras iriam arrancar durante 1997. O que disse agora o Eng.º Cravinho foi mais um adiamento, a seguir ao adiamento que já era esta afirmação do Sr. Secretário de Estado. Penso que é preciso de facto que haja um levantamento cívico quer das autarquias, quer das forças vivas para que esta promessa de agora seja efectivamente cumprida.”

Vogal Diogo Soares Machado:

" Muito brevemente, Sr. Presidente. E por ter sido eu a tocar no assunto do ICI, corroborar inteiramente esta tomada de posição do Sr. Salavessa, entendo também que Aveiro deve ser algo de um pedido de desculpas por tudo o que representou de perda para este Concelho o adiar da realização desta obra. Em segundo lugar para registar com apreço o facto de também o actual, o novo Presidente de Câmara já ter esta preocupação em mente e por poder constatar que afinal esta é uma preocupação que não foi satisfeita em tempo útil até agora e que até para os novos titulares do órgão autárquico que é a Câmara Municipal, esta preocupação foi das primeiras a ser abordada.”

Vogal Armando Vieira:

" Sr. Presidente, se me permitisse ia sair do tema que abordei, mas para referir-me também ao ICI.

Muito rapidamente. Apoio totalmente as intervenções que foram feitas quanto ao ICI e quero referir, até porque presido a uma Freguesia que vai sofrer, vai ser atravessada por essa importante via de interesse para a região e aqui lembrar e informar ao Sr. Presidente da Câmara que até os proprietários dos terrenos que vão ser expropriados, essas pessoas estão nessa situação há vários anos, que nem sabem se venderam, se vão vender se vão ser expropriados, se podem construir ou não podem. Isto é, estes sucessivos adiamentos quanto a uma obra que é de transcendente importância para toda a nossa região, como estamos todos de acordo, com certeza, é inadmissível que se tenha atrasado tanto e a propósito disso, Sr. Presidente, e com certeza julgamos todos que isso é fruto das verbas vultuosas que estão a investir em Lisboa por causa da Expo 98. E eu faço-lhe uma sugestão, se me permite: inquirir do governo quais as contrapartidas para Aveiro e a sua região a exemplo do Porto que soube tão bem reivindicá-las, do investimento vultuoso que está a ser feito em Lisboa na Expo 98 e nas restantes infra-estruturas."

Presidente da Mesa:

" Concluimos o período de antes da ordem do dia e agora vamos entrar no período da ordem do dia que como sabem, consta como ponto n.º 1 - Comunicação do Presidente da Câmara Municipal."

PONTO N.º 1 - COMUNICAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Presidente da Câmara:

"Eu já distribuí o texto da minha intervenção e portanto, vou limitar-me agora a frisar e sublinhar e desenvolver alguns dos pontos que dela constam.

O primeiro, no que respeita às instalações. A situação das instalações da Câmara é conhecida, nós estamos distribuídos por cinco ou seis edifícios e todos eles em condições deficientes. Temos encetado diligências desde a primeira semana, no sentido de vir a ser possível concentrar todos os funcionários num único edifício, com excepção dos armazéns gerais. Há várias hipóteses em estudo e por razões que têm a ver com a própria iniciação desses processos, não convirá agora estar a revelar quais elas são. Em todo o caso, o trabalho tem sido feito e estamos com algum optimismo de que será possível chegar a uma boa solução. Esta questão das instalações, afecta de facto a qualidade dos serviços e penso que todos nós nos apercebemos. A dispersão não permite qualquer eficiência, acarreta mesmo situações caricatas, provoca situações de tensão como por exemplo a escola Homem Cristo, situações caricatas como a escada de emergência de acesso ao planeamento, situações de deseconomia de tempo e de falta de controlo quando os arquitectos e os técnicos do planeamento têm que ir de um edifício para o outro para consultar os processos sobre os quais têm que dar parecer, chuva em cima dos computadores, risco de incêndio no sótão dos paços do Concelho, condições de atendimento ao público absolutamente lamentáveis. Enfim, todos vocês conhecem, mas não é demais estar a lembrá-las. Portanto, prioridade absoluta, mudança de instalações.

Quanto aos armazéns gerais a situação ainda é pior, porque do ponto de vista do próprio imóvel e da organização e do espaço físico que ali está neste momento, a análise que fizemos e a conclusão que tirámos é que não valia a pena investir ali mais um centavo na recuperação do imóvel e naquela organização. Portanto, tomámos a

decisão em Câmara de aprovar o princípio de venda do terreno onde estão situados os armazéns gerais.

Quanto à Assembleia Municipal e na sequência da interpelação que me foi feita pelo Dr. Carlos Candal logo na primeira reunião, nós estamos preocupados e serão dos nossos objectivos a curto prazo em melhorar significativamente as condições de funcionamento desta Assembleia. Há aí pequenas coisas que podem ser feitas, desde o mobiliário a um serviço de café. Vamos pensar nisso e há promessa de que aos poucos vamos poder dispôr de melhores condições.

Quanto aos paços do Concelho, tiveram se calhar já oportunidade de saber pelos jornais. Conseguimos junto do Ministro João Cravinho que visitou Aveiro recentemente, a garantia de que 50% do financiamento necessário para recuperar o imóvel está garantido, ou seja, as obras estão orçadas em cerca de duzentos e quarenta mil contos e conseguimos a garantia de que cento e vinte mil contos serão financiados pelo estado através de um contrato-programa. É uma obra que vai implicar a recuperação do sistema eléctrico, da placa superior, da pintura, dos vitrais, das divisórias das salas, etc., vai repôr a dignidade àquele edifício que como sabem fez duzentos anos o ano passado e que infelizmente teria sido uma data excelente para fazer essa recuperação e isso não aconteceu. Portanto está isso garantido e temos, creio eu, que nos regozijar com esse financiamento. Além das instalações, também aqueles que contactam mais no dia a dia com a Câmara se apercebem que organização e funcionamento da Câmara são muito deficientes e digo isto com todo o respeito e muita admiração pelas pessoas que lá trabalham que conseguem sobreviver e mais do que sobreviver prestar bons serviços aos munícipes e a nós próprios. Faltam-me chefias em sectores importantes, faltam-me técnicos importantes, temos situações de pessoas que estão em locais e a desempenhar funções para as quais não têm formação, só porque era necessário que progredisse em termos de carreira e portanto, há um desajustamento entre a competência funcional e a formação profissional, sobrecarga de horas extraordinárias que também é uma situação que estamos a estudar, falta de acessibilidade, trabalho acumulado, que é uma situação também preocupante. Enfim, tudo isto foi um pouco do que encontramos nestas primeiras semanas, além de outras situações menos edificantes e desagradáveis que estão a ser investigadas em sede própria.

A situação financeira da Câmara é igualmente preocupante. Eu digo isto sem problema, ultrapassa as piores expectativas que tinham sido avançadas em campanha eleitoral. Neste momento a Câmara tem de dívidas a curto prazo três milhões cento e sessenta e três mil contos. Destas dívidas a curto prazo devem distinguir-se aquelas que correspondem a um défice de tesouraria que monte aproximadamente a um milhão e seiscentos mil contos, ou seja, dívidas vencidas, facturas não pagas, de compromissos assumidos a menos de um ano, obras adjudicadas e ainda não pagas ou começadas e deliberações, nomeadamente aquisição de terrenos, que ainda não se fizeram porque não há dinheiro. Ou seja, nestas duas outras rubricas mil e seiscentos, portanto, para o défice de tesouraria, mil quinhentos e sessenta e três para compromissos assumidos e não honrados ainda a menos de um ano. Isto totaliza, se somarmos estes dois itens, três milhões cento e sessenta e três mil contos. Sendo certo que as dívidas a médio e a longo prazo andam próximos de um milhão e oitocentos mil contos, isto dá a bonita soma de um passivo total de cinco milhões e vinte e oito mil contos. Não estou a considerar ainda nestes números as dívidas dos serviços municipalizados, nem o célebre empréstimo dos seiscentos mil contos que tem um regime especial e que por razões que eu poderei explicar, não entra ainda aqui nestas contas. Portanto, o quadro é de facto bastante pior do que o que se previa e é com

este quadro que temos que contar. Eu penso que há por um lado um flagrante défice de tesouraria, aliás se consultarmos a lei, a lei prevê como montante máximo para empréstimos a curto prazo para suprir a défices de tesouraria o montante de cento e vinte seis mil contos, ou seja, um décimo do FEF atribuído a Aveiro, o que dá cento e vinte seis mil contos. Portanto, é a própria lei que nos mostra que há de facto um défice de tesouraria e muitíssimo importante, porque o máximo que ela permite para suprir défices de tesouraria são um décimo do FEF, aproximadamente cento e vinte e seis mil contos. Portanto, a situação quanto ao curto prazo é de facto muito desagradável. Temos depois receitas que têm sido receitas sobreavaliadas, uma espécie de receitas virtuais, o orçamento todos os anos aponta para sete milhões e tal de contos e todos os anos acaba com receitas reais de cinco milhões, sendo certo que as despesas reais, como há dívidas que vêm dos anos anteriores, são sempre bastante superiores. Portanto, por um lado receitas que são virtuais, por outro despesas que são muitíssimo reais. Isto cria uma situação absolutamente insustentável, em que ninguém paga a ninguém. A Câmara deve neste momento dinheiro a empreiteiros, a fornecedores, a Juntas de Freguesia, a escolas, a colectividades, a profissionais, a clubes, enfim, um longo rol de credores que vêem a sua situação empresarial por vezes dificultada, porque estes créditos, alguns são muito antigos. A Câmara tem por exemplo credores a quem deve cerca de duzentos mil contos e tem outros para quem uma dívida de dois ou três mil contos pode ser uma enorme urgência. Pensamos por isso que a situação é complicada e que exige medidas importantes. Tenho a sensação e independentemente do estudo que agora vai ser feito sobre a forma de sanar financeiramente a autarquia, que essas medidas passarão pela contratação do empréstimo a médio e longo prazo porque felizmente ainda há alguma capacidade de endividamento da Câmara. Por outro lado, passará pela alienação de algum património e com um bocadinho de imaginação conseguimos alienar algum património, pelo aumento de receitas, porque as nossas receitas nomeadamente o regulamento de taxas e licenças está muito desactualizado, temos as taxas mais baratas do país e portanto, podemos aumentar um bocadinho as receitas e naturalmente pela contenção das despesas. Se fizermos este exercício com alguma habilidade financeira, será possível salvarmos esta Câmara sem entrarmos em completa ruptura. É esse o desafio que temos pela frente.

Se me permitem um comentário político, isto surpreendeu-me. Nunca pensei que fosse tão grave, nunca ninguém pensou que fosse tão grave. Tenho a sensação que a situação se vinha a agravar de ano para ano e agora toda a gente percebe para onde é que foram os novecentos e cinquenta mil contos do Cojo, para onde é que foram os cento e setenta mil contos da Associação de Municípios do Carvoeiro, etc., toda uma série de verbas importantes que entraram este ano e que se volatilizaram por completo. O que eu gostava de dizer é que acho que houve uma gestão displicente, completamente desajustada da realidade, que não pode ser só pautada por um cenário pré-eleitoral, porque nada justifica uma derrapagem deste calibre.

Eu acho que as Câmaras não têm que dar lucro, mas também acho que as Câmaras têm que ser geridas de forma responsável e não criar perante os agentes económicos, perante os munícipes, perante as colectividades, perante as juntas, expectativas que depois não podem cumprir, que coarctam os seus planos de actividade, criam instabilidade na gestão de toda essa gente e no fundo andamos aqui todos a enganar-nos uns aos outros. O quadro é este, eu não sei se querem fazer algum comentário."

Vogal Filipe Brandão:

" Sr. Presidente da Assembleia Municipal em exercício, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Membros da Assembleia, quero dirigir-me pessoalmente ao Dr. Alberto Souto porquanto é hoje o momento em que tenho a grata satisfação de pela primeira vez me dirigir a V. Ex.^a como Presidente da Câmara, permitindo-me pelas razões que são por todos conhecidas expressar publicamente o meu enorme regozijo e satisfação em vê-lo guindado a tais tarefas e portanto, formalmente enquanto membro desta Assembleia, endossar-lhe os protestos da minha mais elevada consideração e estima. Não cuidarei das questões financeiras porquanto reconheço não ser um perito na matéria, mas da comunicação que V. Exa. aqui traz, permito-me salientar um ponto que me parece sobremaneira importante. Era, no meu ponto de vista e na perspectiva do Partido Socialista com este acto eleitoral absolutamente imperioso, pôr cobro e inverter o processo de desvalorização periférica de que Aveiro foi sendo vítima ao longo de mais de uma década. Ora, a presença de Sua Excelência, o Sr. Primeiro-Ministro, nesta Cidade para o lançamento em Aveiro de um programa nacional (coisa que confesso não tenho memória de ter sucedido anteriormente em Aveiro) com a particularidade ainda de se tratar de uma área que de forma inequívoca alcança laivos da vanguarda do progresso, é de per si um bom augúrio para com esta eleição se ter iniciado um processo de afirmação regional de que Aveiro carecia há muito. Quanto às dificuldades financeiras, que V. Ex.^a com elas não esmoreça, pois certamente que a adversidade só fará enaltecer o mérito da suas inúmeras realizações."

Entretanto saiu da sala o Vogal Libério da Silva Santos.

Vogal António Salavessa:

" Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu queria começar por manifestar desde já a disponibilidade de princípio para que se olhe para o saneamento financeiro da Câmara Municipal e para que o PCP possa apoiar tal projecto de saneamento na base do empréstimo bancário que visa esse tipo de soluções. Devemos criar todas as condições para que o Partido Socialista possa cumprir o seu programa e para além disso, este é um problema de Aveiro, independentemente do cumprimento ou não do programa do Partido Socialista. Já em relação aos aumentos de taxas e licenças, queria deixar claro que essa sendo uma iniciativa da Câmara, é uma competência da Assembleia Municipal e que estaremos atentos à justiça relativa desses aumentos de taxas e licenças.

Em segundo lugar, queria saber, visto que no final de 1997 foi aprovado o Plano de Actividades para este ano e que o Partido Socialista pediu a aprovação deste plano, com a ideia que a curto prazo ou a breve prazo a Câmara iria reformular esse plano de actividades apresentando à Assembleia uma proposta de revisão, queria saber, já que a sua intervenção foi omissa nessa matéria, quais são as ideias que tem neste momento.

Depois queria questioná-lo directamente acerca da diminuição das sessões públicas da Câmara Municipal. Tendo defendido a transparência dos actos públicos e da administração e havendo uma prática em Aveiro de haver um número superior de sessões públicas da Câmara Municipal, porque razão esta Câmara de Presidência Socialista decidiu reduzir essa abertura ao mínimo legal obrigatório.

Queria lembrar a Câmara para não se esquecer que aquisições e alienações acima dos vinte e cinco mil contos têm que ser autorizadas por esta Assembleia e que ao que me parece estão por aí a andar já valores dessa ordem. Não se esquecer desta questão. Até porque foi noticiado recentemente a municipalização da Transria a que o

Sr. Presidente não se referiu na sua intervenção e eu queria-lhe dizer que a lei é clara na definição de competências. A municipalização de serviços é uma competência da Assembleia Municipal a pedido da Câmara. Ora, tendo ocorrido antes da convocação desta Assembleia essa decisão da Câmara, porque razão não foi agendada para esta sessão, se é por alguma razão técnica e o que é que a Câmara pensa fazer nessa matéria.

Quanto à intervenção do Sr. Presidente no que diz respeito a várias coisas que estão prometidas, eu queria que a prática da Câmara não fosse aquela do Governo de adiar sucessivamente. Questões como o museu e outras tais, ver se de facto há uma intervenção da Câmara no sentido do seu cumprimento.

Quanto a Aveiro digital, é necessário fazer acompanhar os avanços e inovações tecnológicas que são muito interessantes e que nós devemos defender, com a elevação da qualidade de vida de toda a população do Concelho, nomeadamente as mais essenciais, não aumentando o fosso entre aqueles que são favorecidos por serviços de qualidade e aqueles a que eles não têm acesso.

O PCP têm vindo a referir-se com alguma frequência ao problema da forma como o saneamento tem vindo a ser executado nalgumas zonas do Concelho. Um grande número de municípios construiu as suas habitações com licenciamento municipal, tendo sido terminada a construção de fossas para onde escorriam os efluentes domésticos com gravidade. Acontece que a rede de saneamento que está a ser construída em vários locais do Concelho, referencio com facilidade Mataduchos e Santa Joana, passa a quotas mais elevadas que as actuais fossas e em muitos casos que parte das próprias construções. Várias pessoas têm levado o problema à Câmara, quer a título individual quer por grupos de cidadãos. Eu tenho comigo, por exemplo, a cópia de um abaixo assinado de trinta moradores da Rua do Louro que foi certamente entregue na Câmara Municipal e o PCP está sensível às questões que foram colocadas por estas pessoas, nomeadamente os custos do saneamento para pessoas de baixos rendimentos e o facto de algumas pessoas terem ainda que comprar bombas para elevação dos distritos e terem que pagar depois a electricidade de um uso permanente. Assim, entendo que a Câmara e os Serviços Municipalizados têm que atender a estes problemas em particular, a Câmara tem que os encarar e nesse sentido entrego à mesa uma proposta de recomendação à Câmara Municipal, que vai no sentido de que a Câmara proceda ao levantamento deste tipo de situações e que tome medidas para as minorar, nomeadamente nas políticas de taxas e tarifas referentes a este caso.”

Vogal Raúl Martins:

" Muito obrigado. Também daqui saúdo a nova Câmara e todos os colegas de bancada.

O Sr. Presidente falou aqui que esta situação financeira da Câmara era uma surpresa. Não era surpresa, enfim, já tinha dito há muito tempo aqui e noutros órgãos que uma situação deste tipo era de calcular mais cem menos cem. Mas, o Sr. Presidente aplicou aqui um rol de débitos que efectivamente a Câmara tem, nomeadamente de curto prazo e de obrigações não cumpridas. Eu gostaria para ter precisos e para que numa questão de seriedade que diga também, se tem esses números, quais são os créditos neste momento que também existem vencidos. Isto é, verbas que já deveriam ter entrado na Câmara, para nós sermos absolutamente rigorosos quanto à diferença entre os débitos e os créditos, à situação de tesouraria da Câmara. Esse é o primeiro aspecto.

Outro aspecto que gostaria que me esclarecesse é a da capacidade de endividamento. O Sr. Presidente disse-me que a capacidade de endividamento da Câmara não é má. Já agora eu gostava que me dissesse, traduzindo em números, qual é a capacidade de endividamento da Câmara que eu penso que é bastante má, mas o Sr. Presidente me irá dizer qual é o número que a Câmara neste momento se pode endividar aproximadamente e podemos contar com um empréstimo, por exemplo, a dez anos a uma taxa de mercado absolutamente normal, que é a taxa LISBOR, quanto é que a Câmara se pode endividar. São só estes aspectos que eu gostaria de ver clarificados.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

” Em primeiro lugar, saudação aos membros do Executivo da Câmara que aqui estão presentes, nesta primeira reunião em que estão presentes.

Sobre os vários pontos referidos pelo Sr. Presidente da Câmara, eu começo por referir o das instalações. Naturalmente que considero que a concentração de todos os serviços à excepção dos armazéns gerais num único imóvel é evidentemente vantajoso numa perspectiva de funcionalidade. Manda contudo a tradição que o edifício da Câmara esteja situado bem no centro da Cidade. É uma tradição portuguesa e não só aveirense e que possui uma carga simbólica que não se deve desprezar. Por isso, pergunto se será localizado o referido único imóvel a que o Sr. Presidente da Câmara se refere no centro da Cidade e qual será o destino dos paços do Concelho, cuja recuperação o Ministro João Cravinho se propõe financiar? É que do texto apresentado por V. Ex.a das duas, uma: Ou o único imóvel fica na área dos paços do Concelho e este será nele integrado, ou então sucederá que os paços do Concelho apesar de recuperados não serão utilizados no futuro, o que seria uma pena e uma quebra de algum simbolismo e tradição que os aveirenses sempre muito prezaram. Espero que tal não suceda e que se trate apenas ou de algum erro de redacção ou um mau entendimento da minha parte.

Quanto à organização e funcionamento dos serviços, refere ter deparado com a denuncia de situações pouco claras que estiveram na base de uma sindicância e de um processo de averiguações. Estas coisas devem ser muito claras. Gostaria de perguntar-lhe: Seria possível esclarecer esta Assembleia da fundamentação que levou a estas decisões?

Sobre a situação financeira da Câmara, de facto existem dívidas vultuosas como acabamos de ouvir. E aqui há que esclarecer este ponto. Tanto quanto eu sei, qualquer despesa pública só pode ser autorizada perante regras claras da Administração Pública, ou seja, só pode ser autorizada desde que haja a certeza que a instituição pública pode honrar o compromisso assumido. No caso vertente ou se cumpriram as regras e cumpre ao actual Executivo honrar os compromissos sem mais lamentos nem alarmismos, ou então este endividamento verificou-se sem haver capacidade de processar os respectivos pagamentos. Se foi este o caso, cabe a V. Ex.a informar-nos se houve dispêndio de dinheiros públicos com a ligeireza que parece indiciar-se nas suas afirmações e daí serem tiradas todas as consequências. De qualquer modo, mais importante do que recebermos a informação que agradecemos e que é indispensável sobre a situação financeira da Câmara, penso que é ainda mais urgente sabermos qual a solução proposta de forma concreta e não alinhando apenas algumas hipóteses genéricas possíveis. E daqui estou bastante de acordo com o que diz o Dr. Raúl Martins, que é necessário algo mais. Eu creio que é mesmo preciso um estudo económico-financeiro sobre o assunto e com urgência.

Devo dizer que me alegra muito verificar que os muros dos canais vão ser recuperados, como se consta do relatório, mas tenha presente que nós queremos mais e das perspectivas que foram abertas, muito mais para a ria de intervenção do Município do que apenas isto e mais do que apenas a municipalização dos canais urbanos que está proposto. Nós queremos voltar-nos para a ria e mesmo que isso tenha de colidir e defender os interesses dos aveirenses, com outras instituições com responsabilidade na ria, se for caso disso.

Há aqui um aspecto que me preocupa um pouco, que é a participação de Aveiro na Expo 98. É que, segundo o Sr. Presidente da Câmara afirma e eu transcrevo, a nossa participação fica agora apenas dependente de em tempo útil conseguirmos concretizar um projecto de qualidade técnica e temáticamente. O que é que já se fez nesse sentido? Quer dizer, há dúvidas conseguirmos concretizar, mas há dúvidas sobre a concretização do tal projecto? É que se houver dúvidas, será que se apresentou um projecto de participação autónomo, sem termos a certeza de o conseguirmos concretizar? Eu digo que esta dúvida preocupa-me. Quanto à municipalização da Transria, é referido que para esta justificação, para além de dúvidas sobre a regularidade da sociedade entre a Câmara e Junta de Freguesia de S. Jacinto, acrescenta-se para justificar a municipalização, o défice de exploração. Será que é razoável quando há défice, municipalizar-se? Que benefício tiram os munícipes dessa situação?

Sobre o projecto "Europa dos Pequenitos", haverá com certeza oportunidade mais tarde de se debater, já que este assunto está inserido na ordem de trabalhos. Registo desde já, porém, que o actual Executivo já o considerou objecto de particular atenção. Pois, tendo nós algumas dúvidas sobre o projecto, temos assim a certeza de sermos oportunamente esclarecidos quando chegarmos a este ponto.

Gostaria ainda de ser esclarecido sobre as acções desenvolvidas pelo actual Executivo para conseguir que Aveiro seja a primeira Cidade digital do País. O que é que a Câmara fez neste sentido? É que gostaria de dar o seu a seu dono e se as acções que levaram esta importante vitória para Aveiro se devem sobretudo ao Ministério da Ciência e Tecnologia, à Universidade e ao CET, eu creio que será da maior justiça deixar aqui expresso um agradecimento e um louvor a estas instituições; de facto, poderia parecer mal alguma imodéstia se considerássemos uma vitória de um município, se não foi fundamental a responsabilidade neste êxito.

Finalmente, eu gostaria de solicitar uma explicação para a diminuição das reuniões públicas da Câmara, que aliás passou de duas para uma, porque creio que se coarctou de alguma forma a possibilidade dos munícipes acompanharem a vida municipal."

Vogal Gaspar Albino:

" Sr. Presidente da Mesa em exercício, elementos da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, meus queridos amigos Vereadores, queridos colegas desta Assembleia, eu tenho lido nos jornais, ouvi aqui nesta Assembleia, a descrição de um panorama financeiro que me parece catastrófico. No fundo, o que se verifica é que as receitas do Município anuais quase que contrapõem as dívidas a curto prazo, a médio prazo e até a longo prazo da própria Câmara. Cinco milhões e oitocentos contos somariam estas dívidas, contrapondo-se cinco milhões de contos de receitas efectivas por ano. Houve aqui três coisas que foram ditas e que eu registo:

A primeira, é que a capacidade de endividamento deste município, e eu desconheço os rácios comparativos, com outros municípios ainda será grande, foi dito. Eu direi somente, será grande.

A alienação do património também foi uma das portas de saída para fazer face a este endividamento da Câmara. Uma gestão cuidadosa do património permitirá a formação de receitas. O aumento de receitas com os cuidados que o Sr. Salavessa avançou, não são de excluir. E tudo isto aliado à contenção das despesas que o Sr. Presidente da Câmara se comprometeu a fazer.

Ora, isto não descreve uma situação catastrófica. Pelo contrário, eu estou intimamente convencido que o Município de Aveiro está numa situação, quando cotejado com outros municípios, boa. E isso, será comprovado por factos. Eu julgo que sim. De qualquer dos modos, meus amigos, há uma coisa que eu gostaria de dizer e talvez aqui com algum significado político. É que o Sr. Presidente da Câmara prometeu durante a campanha eleitoral determinadas coisas em benefício da minha terra. Que nada disto, das dificuldades financeiras que julgo poderão ser ultrapassadas, o inibam de levar para a frente a sua vontade num contrato que ele, Presidente da Câmara, estabeleceu com a população de Aveiro ao candidatar-se mesmo. Ele propôs-se, ele prometeu, houve do outro lado quem negociasse com o seu voto essa declaração de vontade negocial.

Querido Presidente da Câmara, não tenha medo das dificuldades financeiras. Não é uma herança assim tão pesada quanto essa. Avance e cumpra com o programa eleitoral alterando ou não com o programa de actividades que foi aqui já aprovado nesta Câmara. Não se aflija muito com isso: Aveiro deve, mas deve honrar as suas dívidas."

Vogal Manuel António Coimbra:

"Muito obrigado Sr. Presidente, eu começaria por uma saudação ao Sr. Presidente da Câmara e aos Srs. Vereadores e faço votos para que o vosso trabalho neste mandato seja profícuo. E começaria por de certa maneira elogiar a maneira como nos foi apresentada a comunicação e este resumo que foi feito, que nos deu uma ideia daquilo que são os pontos essenciais e as preocupações do Presidente da Câmara. É claro que o ponto central está na situação financeira da Câmara Municipal de Aveiro, mas este ponto, infelizmente para nós que estamos aqui nesta Assembleia Municipal há mais tempo, não é novo. E o Dr. Raúl Martins já referiu isso. É que é um assunto que já há alguns anos, a bancada do PS, a bancada do PSD e o Sr. Salavessa da CDU têm referido, de maneira que, como não é novo espanta-me que o Sr. Presidente da Câmara que até assistiu a algumas das nossas reuniões, que conhecia bem os dossiers da Câmara Municipal, agora venha ficar alarmado com esta situação. É uma situação que já nos alarmava há algum tempo. E por isso, como diz o Sr. Gaspar Albino e também muito bem, não pode ser motivo para agora a Câmara Municipal justificar aquilo que diz que agora já não pode fazer, mas que antes fazia se a situação fosse outra. E espero que não se entre por este lado. Por isso, muito bem, vamos assumir a dívida, sabia que havia esta dívida, vamos todos num pacto que eu penso que é preciso fazer porque na realidade há uma dívida e temos que todos conseguir debelar esta dívida, para que o Município realmente possa progredir e penso que todos nós estamos interessados em que o Município possa progredir. Quanto à questão financeira eu não diria muito mais, aliás o Prof. Britaldo Rodrigues teve oportunidade de explicar muito bem qual seria a posição do PSD.

Gostaria de fazer algumas perguntas no que diz respeito a outros assuntos também considerados importantes pelo Sr. Presidente da Câmara. Diz respeito à venda dos armazéns gerais. A envolvente do estádio municipal é um assunto que tem preocupado os aveirenses e já há uns anos foi construído um edifício nessa envolvente que os aveirenses não gostaram, aliás, chamaram-lhe nomes feios que ainda chamam hoje.

Se a intenção é fazer da zona dos armazéns gerais um outro edifício para os aveirenses passarem a chamar outros nomes feios, não podem contar com a bancada do PSD. Essa zona envolvente ao estádio Mário Duarte é uma zona que é importante enquanto estiver ali o nosso estádio municipal, o parque municipal e toda aquela zona verde da Cidade e é uma zona que se deve preservar. Esperemos que a Câmara Municipal de Aveiro tenha em conta este facto quando nos apresentar o Plano de Urbanização daquela zona.

Outra questão que gostaria de colocar também diz respeito aos armazéns gerais e à sindicância que a Câmara Municipal está a fazer e ao processo de averiguação com o mercado Manuel Firmino. Acho que é legítimo a Câmara tomar estas providências. Agora, aquilo que eu pedia, (espero que não seja preciso fazer um requerimento nesse sentido) era que desse conhecimento a esta Assembleia dos resultados destas acções, ou seja, aquilo que vão ser os resultados da sindicância e desta averiguação, que os membros da Assembleia Municipal também possam depois fazer o seu juízo de valor, porque penso que isso é importante para fazermos as nossas opiniões e para podermos avaliar melhor o estado do nosso Município.

Quanto ao programa nacional lançado em Aveiro, penso que o desafio do Prof. Britaldo é pertinente, mas não gostaria de focar esse aspecto porque já foi focado, gostaria de focar um outro aspecto e é realçar o mérito das forças vivas da Cidade de Aveiro. Esse programa é feito em Aveiro, porque Aveiro tem forças vivas que são reconhecidas a nível nacional. E é importante que a Câmara Municipal de Aveiro e muito bem tenha defendido essas forças vivas, tenha incentivado e tenha publicitado. Ótimo. Vamos fazer isto noutras actividades. É isto que Aveiro precisa. Aveiro precisa que a sua Universidade, o seu Centro de Telecomunicações e outras forças vivas que nós por vezes nos esquecemos que existem, sejam potenciadas. E isto foi uma boa acção. Esperemos que para além destas apareçam muitas outras.”

Vogal Diogo Soares Machado:

" Eu gostaria de colocar nos seis minutos que me são atribuídos, cinco questões ao actual Executivo da Câmara Municipal de Aveiro, todas elas obviamente decorrentes da pequena comunicação que o Sr. Presidente produziu para informação nesta Assembleia.

Em primeiro lugar e antes de entrar nas questões, gostaria de dizer que registo o atraso com que esta comunicação foi entregue. Eu tive oportunidade de recebê-la em casa ontem, não sei se por atraso de elaboração, se por qualquer outro tipo de motivo. E talvez esse atraso justificasse que, onde aqui se diz que a situação financeira da Câmara é grave, pelo menos por uma questão de respeito, creio eu, por esta Assembleia, se quantificasse alguns dos números que aqui foram avançados pelo Sr. Presidente da Câmara.

Em segundo lugar eu gostaria de dizer que em relação à situação financeira, não sou claramente um especialista, penso que no seguimento da intervenção do Dr. Raúl Martins, faltam aqui premissas, a exposição foi extremamente vaga, não sei se convém ou se não convém e se convém, a quem convém. A exposição foi extremamente vaga, pouco concisa, pouco concreta. Aliás, no seguimento de outras intervenções produzidas também pela bancada do PSD. Não é um desafio, é uma opinião, se quiserem aceitá-la como uma sugestão, de bom grado a cederei. Ou seja, há nesta questão da situação financeira da Câmara algumas premissas que não foram consideradas. Uma delas identificadas pelo Dr. Raúl Martins e bem, não falarei mais dela; outra que eu penso que poderia também entrar em linha de conta nesta análise que tem que ser uma análise forçosamente profunda, correcta e exacta ao centavo,

por exemplo a inventariação concreta, exaustiva e rigorosa do que é actualmente (na gestão do Partido Socialista na Câmara de Aveiro, do património da Câmara Municipal de Aveiro). É um ponto que eu gostaria que anotasse também, que aqui não foi falado e que acho que é importante para a determinação exacta, clara e concreta da situação desastrosa que o Sr. Presidente da Câmara de Aveiro fez o favor de nos comunicar. Pode ser que a situação seja um pouco menos desastrosa no final deste inventário estar concluído.

Em relação às instalações para os serviços da Câmara, diz-se aqui: " Assim, no que respeita a instalações, a Câmara encetou diligências no sentido de encontrar uma solução que permita a concentração de todos os serviços (...)" . Correctamente não se diz aqui que a Câmara iniciou essas diligências. Obviamente não poderia dizer-se. Provavelmente a Câmara prossegue diligências que vêm do mandato anterior e todos os Senhores sabem que o que estou a dizer é um dado adquirido. Ora, se isto que eu estou a dizer não é verdade, se isto que eu estou a dizer não é correcto, estas diligências que a Câmara Municipal de Aveiro encetou, são novas diligências e portanto, mais uma vez digo, falta concretizar. São novas diligências, implica novos imóveis, implica novas utilizações para além daquelas que já anteriormente tinham sido aventadas pelo anterior Executivo e discutidas até nesta Assembleia, algumas delas. E portanto, se são novas não basta dizer aqui que são novas diligências e não se pode dizer nesta Assembleia que são novas diligências e que não se pode falar nelas para não prejudicar essas mesmas diligências. É a esta Assembleia que essas contas têm que ser prestadas. É esta Assembleia, se calhar o único órgão que não pode de maneira nenhuma ouvir afirmações desse teor e o Sr. Presidente da Câmara sabe disso tão bem como eu, ou melhor.

Em terceiro lugar, a reparação dos muros dos canais. Eu gostaria de perguntar à Câmara, qual a acção concreta, decisiva para que a reparação dos muros dos canais finalmente fosse para a frente. Porque, ao que julgo saber e o actual Executivo também sabe, outras acções concretas e também decisivas (notem que eu digo também decisivas, porque de maneira alguma retiro o mérito a acções decisivas que permitam recuperar património que é nosso e que marca a nossa Cidade tão distintamente) foram tomadas pelo anterior Executivo e sabe de certeza que se calhar as que hoje ou que agora foram tomadas pelo Executivo Socialista e bem, se calhar vêm baseadas de trás, felizmente. É sinal que todos estamos a trabalhar para o mesmo, é sinal que todos estamos a trabalhar para o mesmo objectivo. E isto é o que eu chamo a saudável alternância democrática. Reconhecer o que está mal e criticar o que está mal, mas ter de igual modo a hombridade e a humildade de reconhecer o que de bem se fez e que por sua vez de tão bem foi feito que consubstanciou acções decisivas deste Executivo no prosseguimento de objectivos que eram vossos na campanha eleitoral e que continuam a ser vossos, creio eu.

Em quarto lugar, repito a mesma lenga lenga para a municipalização dos canais da ria. Igual. Ipsi Verbis, a mesma coisa. Igual, inclusivamente já aqui foi discutido isto nesta Assembleia e no mandato anterior. Já se falou na municipalização dos canais da ria e já se falou na municipalização da Transria. Obviamente posições a favor, obviamente posições contra. No caso da Transria, mais importante do que as posições a favor ou do que as posições contra, está o interesse da população de S. Jacinto. É do mais elementar direito que seja providenciado (e na altura nesta Assembleia recordo-me de ter sido um dos da bancada do PP que defendeu essa posição) aos habitantes de S. Jacinto o mesmo tipo de transporte que os habitantes de Oliveirinha, que os Habitantes de Eixo. Obviamente, quando falo no mesmo tipo de transporte, digo pago pela Câmara ou municipal.

Em último lugar, Aveiro digital. Foi aqui dito no início e eu louvo desde já a Câmara, pelo menos pelos dois minutos televisivos que a Cidade de Aveiro teve num canal privado de televisão, porque nem em todos esteve. Eu louvo o Executivo pela actuação preponderante. Aveiro, Cidade digital, seis ou sete questões directas:

- Qual o timing de execução do projecto?*
- Qual a acção decisiva da Câmara Municipal de Aveiro, debaixo da gestão socialista, para que o projecto viesse para Aveiro e andasse para a frente antes de vir para Aveiro?*
- Qual o custo global do Projecto?*
- Qual a parte que caberá a Aveiro de entre esse custo global? Qual a parte com que a Câmara de Aveiro será brindada para que possa ser Aveiro a pioneira neste sistema?*
- Qual a parte que caberá à Câmara Municipal de Aveiro comportar, pagar, adiantar na execução deste projecto?*
- Que infra-estruturas serão necessárias para a implementação deste projecto?*
- Qual o cabimento de questionar a Câmara e o Executivo Socialista acerca da viabilidade de utilização das instalações da TV Cabo que eu me recordo de se discutir nesta Assembleia o facto de se poder alargar as valas e colocar tubos para a instalação?."*

Entretanto saiu da sala o Vogal Manuel Simões Madaíl.

Presidente da Mesa:

" Sobre o atraso que o Sr. Diogo Machado diz que foi da entrega de documentos, quero dizer o seguinte: a culpa não é da Câmara, a culpa será minha ou dos serviços de apoio. Na verdade o Presidente da Câmara entregou atempadamente ao Presidente da Mesa e esse prazo, três dias, é na relação Presidente a Presidente, não é na relação para com os deputados. De qualquer forma, todos receberam, se não recebeu foi porque não estaria em casa."

Vogal Capão Filipe:

"Eu iniciava com uma saudação muito especial ao Sr. Dr. Alberto Souto, por ter sido eleito como independente integrado na lista do Partido Socialista. Finalmente uma geração jovem e aveirense chegou aos destinos da Cidade de Aveiro e isso para mim é muito positivo. E ao contrário de algumas opiniões fundamentalistas e numa minha opinião, o Sr. Dr. Alberto Souto não é tanto um "boy for the job", mas é moço para as salinas e em tudo o que disser respeito a Aveiro pode contar com a minha camaradagem. Camaradagem no sentido do tratamento entre barqueiros dos barcos moliceiros.

Há bocado o Sr. Dr. referiu que o sótão da Câmara de Aveiro teria risco de incêndio. Como é do conhecimento do público, o telhado da Câmara de Lisboa ardeu e foi disponibilizado imediatamente pouco mais de um milhão de contos para a sua reparação. Por consequência, eu suponho que a dívida da Câmara de Aveiro resolver-se-ia com dois incêndios no seu sótão. Mas, infelizmente não temos a capacidade de vestir aqueles capacetes de mineiro que tanto estão na moda em termos políticos e colocar em directo as têvês para em quatro minutos o Governo Central disponibilizar um milhão e tal para o telhado. Basta dizer que em quatro minutos disponibilizaram um milhão e tal para o telhado da Câmara de Lisboa, para dar uns trocos para o nosso ex libris. Mais ex-libris que a Câmara do telhado de Lisboa, que são os muros dos canais centrais, não foram em quatro minutos, mas foram em quatro anos. Sei também que não

poderemos fazer uma ameaça tipo o Sr. Alberto João de reivindicarmos uma certa independência porque provavelmente teríamos disponibilidade de verbas do Governo Central também em pouco tempo, mas contribuindo nós de maneira tão significativa para o primeiro rendimento per capita como demonstram as estatísticas do Distrito de Aveiro, penso que poderemos ter uma ameaça que é cerca de um mês de férias dos Aveirenses nas Bahamas, o que faria seguramente um rombo no orçamento geral do Estado. Com isto pretendo dizer que para construir o futuro no presente da Cidade de Aveiro, temos e muito bem, que dar prejuízo na Câmara e ir buscar essencialmente duas grandes receitas de verbas. Receitas do Governo Central através de medidas antiparasitárias porque Aveiro é vítima de títulos parasitas a nível do Governo Central, vivendo ser no máximo de capacidade de endividamento sob o ponto de vista legal, porque um dia as leis hão-de mudar e seguramente que essas mesmas dívidas serão resolvidas quando ou se desconcentrar ou se descentralizar ou se regionalizar. Há uma coisa, porém, que concordo: que num mundo da finança e na causa pública tem que ocorrer responsabilidade. E esta critica aceito-a muito bem, isto é, tem que haver responsabilidade e não pode haver irresponsabilidade quando por exemplo, se deve dois mil contos a uma firma que está em risco de falência disso, isto é, só depois de garantidas necessárias verbas é que uma pessoa deve assumir responsabilidade. A responsabilidade na causa pública é essencial. E portanto é lamentável se não ocorreu essa responsabilidade anteriormente independentemente da cor política. É uma maneira de estar na causa pública e se a causa pública não serve de exemplo perante todas as outras causas, então o que é que deverá servir de exemplo neste país. Por último, em relação à participação na Expo 98, também está de parabéns no sentido em que uma pessoa tem que saber vingar a nossa imagem e tudo o que seja comunicar a nossa imagem e a nossa afirmação em termos nacionais e internacionais, correctíssimo. Eu só sugeriria eventualmente uma coisa porque no fim de contas, pessoalmente considero que a Expo 98 trata-se apenas de uma hiperalimentação da macrocefalia do sul do país em que inclui Lisboa, mas de qualquer dos modos devemos eventualmente começar a tratar dos despojos, isto é, o que é que vai acontecer a muita coisa que resultou dessa hiperalimentação de Lisboa em relação ao resto do país. Refiro-me eu concretamente ao quê? O que é que vai por exemplo acontecer à fragata? Vai ficar lá sediada, não poderá vir para Aveiro? O que é que vai acontecer a determinado tipo de pavilhões que vão ser desmontados? A determinado tipo de barcos - restaurantes? Poderão ser eventualmente canalizados a preços mais módicos do que a sua construção inicial e poderão ser adquiridos pela autarquia, como, vamos supor, barcos-restaurantes como existe em Amsterdão e noutras cidades? Há muita coisa nos despojos da Expo 98 que poderão ser reivindicados para Aveiro e diminuir a parasitação que o país está a ser vítima em relação a isso."

Vogal Álvaro Patrício do Bem:

" Sr. Presidente, permita-me felicitá-lo a si e à sua vereação nesta primeira reunião que deveras alterou um pouco da monotonia existente no passado. Primeiro, pela apresentação da sua comunicação, não só na forma como no conteúdo. Mas, queria-lhe fazer algumas perguntas e uma delas é essencialmente sobre a ampliação da sede da Junta de Freguesia de Aradas. Diz aqui, referindo-se a essa ampliação, que estão concluídos os respectivos processos. Gostaria de saber, quais são os prazos de execução da obra, porque estou convencido que o Sr. Presidente, soubesse da existência ou não de alguém que necessitasse de uma cadeira de rodas, saberia que não podia contornar o passeio existente à volta da sede da Junta de Freguesia. Tem tão somente meio metro. Em relação à questão financeira da Câmara, dir-lhe-ia que para

um leigo na matéria e perante tão brilhantes intervenções, quase que estou resignado a pensar que se calhar o Sr. Presidente não falou a verdade. Primeiro, porque de facto não é uma pesada herança, mas é uma herança bem pesada. Porque um milhão e meio de contos de dívidas a curto prazo possivelmente serão muito difíceis de explicar. E segundo aquilo que vem na informação diária, gostaria que o Sr. Presidente me informasse se já deixaram de plenar as facturas de dívidas dentro da Câmara, ou seja, se deixaram de aparecer facturas de obras, de encomendas de todos os fornecedores da Câmara.

Em relação ao projecto da cidade digital, fiquei extremamente agradado de saber que durante quatro anos ouvi dizer que esta Câmara estava de costas voltadas para a sua Universidade. De facto fico agradado. Pelo menos para o projecto de cidade digital isso não teria acontecido se a Câmara continuasse de costas voltadas para a sua Universidade.

Em relação a um novo local para os serviços da Câmara Municipal. Independentemente do local, que parece que pelos vistos é de curiosidade imensa nesta Assembleia, o que me preocupa a mim é saber se esse local tem estacionamento à vontade para os utentes, se permite que qualquer munícipe tenha facilidade de acesso e infelizmente partilho de outra opinião em relação à tradição, porque a tradição também já não é o que era. É que para vir ao edifício da Câmara tratar de qualquer assunto, o primeiro problema que se põe é o do estacionamento; o segundo problema que se põe é o do acesso. E gostava sim, que o Sr. Presidente me esclarecesse em relação a isso."

Vogal Jorge Nascimento:

"Sr. Presidente, trata-se realmente de uma comunicação do Sr. Presidente da Câmara a este plenário e o que dela consta, como já aqui foi dito, vem (e bem como é próprio porque não é num mês e pouco que se fazem estas coisas sem ter uma condução já do passado) de uma preparação do anterior Executivo. Portanto, o Sr. Presidente fez e bem esta comunicação, mas eu penso, como já aqui ficou bem patente e gostaria que o Sr. Presidente me respondesse o que é que realmente da comunicação, dos feitos nela descritos, é da autoria e da imaginação política e da realização desta Câmara. Sobretudo da imaginação, porque quem governa autárquicamente está lá para conceber coisas. O que é da concepção desta Câmara? Incluindo isto do Aveiro digital, se já havia alguma coisa ou não de trás, qual foi o contributo desta Câmara? Mas eu estou só para repôr as coisas no seu devido lugar, porque eu aceito perfeitamente que uma Câmara que está a um mês de actividade, que não pode ter tido ainda grandes realizações e eu fiquei muito agradado que esta Câmara tenha ao longo do seu mandato brilhantes realizações. Eu, independentemente de ser membro e militante do PP, sou cidadão aveirense e eu entendo que os partidos estão para exercer as cidadanias, são os braços instrumentais dos cidadãos. Portanto, os partidos vivem para isso e portanto eu ficarei muito satisfeito pelas realizações todas que esta Câmara faça. Agora, já acho mal que se estejam aqui a atribuir Aveiro digital, esta coisa da desvalorização periférica agora que está valorizada. Penso que isto, sinceramente, (não sou surrealista) não tem o mínimo de cabimento. Portanto, gostaria que o Sr. Presidente clarificasse esta questão, primeiro.

Agora, eu penso que a comunicação vale e merece alguma apreciação sobretudo pela abordagem que faz da situação financeira da Câmara. O Sr. Presidente talvez pela sua inexperiência de autarca, vê isto com alguma gravidade. Porventura, o Sr. Dr. José Costa já não verá porque está habituado ao mundo empresarial. Porque eu não sou perito financeiro, mas sempre me habituei ao longo de cinco ou seis mandatos de

executivos ouvir falar no início, no meio, no fim, às pessoas envolvidas nisto: o défice de tesouraria é de um milhão, é desta natureza, é daquela. Então o que é que sempre vem acontecendo? São acusações permanentes ao Executivo que estava de défice de tesouraria.

Primeira questão, para mim, como cidadão, eu digo assim: a Câmara se gerou algum défice de tesouraria e esse défice é a falta de meios para satisfazer imediatamente aos pagamentos das facturas que lhe apresentam, foi e isto eu faço e sublinho: cidadão aveirense, tiveste o benefício de uma Câmara que foi fecunda porque soube criar para ti, cidadão aveirense, um conjunto de utilidades. Porque aqui a verdade é que ninguém acusou a Câmara de ter delapidado os meios financeiros que afinal agora estão em défice. Não, pelo contrário. Portanto, se ninguém acusou, eu sou levado a presumir que a Câmara gastou e gastou naquilo que era bom para o cidadão. E sempre se pôs isto nestes termos e a gravidade não é tão grande, porque afinal pelo que eu ouvi dizer e pela minha permanência nesta Assembleia, o orçamento para esta Câmara é de anualmente de sete milhões e setecentos mil contos. Então, o que é que isto representa? Representa dois meses de orçamento. O que significa o seguinte, em termos lineares: que os credores da Câmara estejam à espera dos pagamentos dois meses. Eu pergunto: Para alguém que tenha mediana experiência de gestão empresarial e autárquica, se dois meses de atraso de pagamento para uma autarquia é alguma coisa. Eu digo: Sr. Presidente, zero. Mas V. Ex.a tem todos os meios para suprir isto. E como é que o faz? A meu ver, como V. Ex.a já muito bem sugeriu, por um empréstimo a médio prazo. E com o empréstimo a médio prazo e a juros baixíssimos V. Ex.a põe a tesouraria em dia, sem ter de algum dia vir desculpar-se perante nós, aveirenses, que não realizou a obra que prometeu no seu programa porque afinal esta Câmara tal como todas as Câmaras anteriores partiram com um défice de tesouraria. V. Ex.a se fizer um estudo comparativo do início da caminhada de cada executivo, que por acaso teve a mesma cor, há-de encontrar seguramente défices parecidos com este e sobretudo em princípio de mandato. Quando apresentou esses números, apresentou assim: faltam dinheiros para pagar obrigações contraídas perante terceiros para pagar terrenos. Sr. Presidente, numa modesta interpretação como é a minha, modestíssima, isso são dívidas de capital e o Sr. Presidente se quiser traz a esta Assembleia e troca um prédio dos muitos que a Câmara lhe ofereceu, os Executivos anteriores ofereceram a este Executivo, vendendo-o para pagar essas dívidas de capital. Portanto, por aí escusa o Sr. Presidente também de um dia vir desculpar-se a este Executivo, que não fez a obra prometida porque não tinha meios. Penso que é um drama trazido em principio de carreira autárquica que mais tarde poderá desculpabilizar ou não algumas insuficiências. Eu espero que não, mas é uma realidade que é assim.

Municipalização da Transria, acho bem Sr. Presidente, porque ao contrário do que aqui já foi dito e toda a gente sabe, isto é consabido que os transportes não são para dar lucro. Devem ter uma exploração criteriosa de modo a terem o orçamento equilibrado, mas temos de afrontar as necessidades de S. Jacinto. S. Jacinto e aqui é o ponto sublime para esta questão, não é mais nem menos do que a Quinta do Gato. Os munícipes de S. Jacinto têm todo o direito de se deslocar para Aveiro quando querem e V. Ex.a tem a pesada obrigação de trazer os munícipes de S. Jacinto aqui presentes, não para o Forte da Barra que os obriga a pagar ainda uma taxa à empresa de camionagem porque vêm na Transria o subsidiante, mas depois hão-de pagar. V. Ex.a tem a distinta obrigação e deve realizá-la, no meu entender, trazer S. Jacinto até às pirâmides. É isso que se exige e se quiser o nosso contributo como solução, tudo bem. Já agora é para dar uma de bonomia ao Sr. Presidente. Gostei muito de ouvir o Sr. Presidente quando falou assim, ao contrário do que aqui já foi dito, vou-lhe dizer que

eu várias vezes me debati aqui por isso e eu acho bem. Eu acho que a nossa legislação é desajustada à realidade. A nossa legislação quando obriga o Presidente a vir a este plenário a pedir ordem para fazer obras de vulto, tais como sejam investimentos de capital, alienações de capital ou obtenção de investidores, prejudica a marcha do processo. Este plenário deve ter a sensação de que o Presidente se pode comprometer a algo com alguém e se for coisa válida, dar-lhe aqui o seu "agreement" final, porque eu não vejo bem que o Presidente, naquilo que tem que fazer de essencial para Aveiro, os grandes investimentos, sempre o disse e reitero agora, que tenha de andar a pedir aqui prévia ordem como numa interpretação literal da lei, vir aqui pedir ordem para fazer as coisas. Quando muito o Presidente nas dúvidas que tem, deve auscultar, porque os partidos também existem para isso. Os partidos são interlocutores válidos e penso que os partidos devem ter uma comunicação permanente com a presidência da Câmara para assim obterem consensos que é isso o fundamental. Nós todos estamos aqui a bem do cidadão aveirense e penso que dessa é que se conseguirá."

Vogal Henrique Diz:

" Sr. Presidente, como é a primeira vez que eu me dirijo à Assembleia no âmbito da ordem de trabalhos, eu gostaria em primeiro lugar de saudar o Sr. Presidente e na sua pessoa saudar o Sr. Dr. Carlos Candal que não está presente por motivos de saúde, desejar-lhe rápidas melhoras, tenho imensa pena que não tenha sido ele a dar seguimento à minha actividade nesta Assembleia. Gostaria de saudar também o Sr. Presidente da Câmara e o Executivo. No Executivo tenho certamente alguns amigos e muitas pessoas conhecidas e tenho certamente a maior consideração por todos os outros e saudar os colegas das outras bancadas e da bancada do PS, alguns dos quais têm sido meus companheiros de luta nalgumas ocasiões. Encontramo-nos hoje em lados diferentes da barricada, o que certamente também virá a permitir um avivar do debate que nós sempre mantivemos. Tendo dito isto, eu gostaria de dizer ao Sr. Presidente que afinal nós temos um elemento de solidariedade, é porque ambos somos inexperientes na opinião de alguns elementos da Assembleia. O Sr. Presidente é inexperiente na opinião de um elemento do grupo parlamentar do PP, eu sou um inexperiente na opinião do Sr. Presidente em exercício. De maneira que há alguma solidariedade aqui que não é institucional, mas certamente é pessoal e que contribuirá para que nós possamos, dentro do espírito aberto, crítico que aqui existe, nos entender melhor ao longo das diversas vezes que o Sr. Presidente vai aqui passar, certamente. Tenho muito gosto em fazê-lo.

Gostaria também de salientar o facto de o casamento de conveniência verificado na primeira reunião da Assembleia Municipal entre o PP e o PS ter terminado, parece que serviu apenas para eleger a Mesa da Assembleia. Não é nada mau. Mas escusa no entanto o PP de olhar para a bancada do PSD à procura de apoio para defender os eventuais erros que anteriormente e os executivos da sua responsabilidade tenham cometido. O PP e o PS que se entendam sobre essa matéria, que esclareçam afinal quem tem razão. Eu estarei muito atento para saber de facto se é o Sr. Presidente da Câmara e o Executivo que apresentam a situação real, se é o PP que está a tentar mascarar a situação que de facto foi herdada. Mas, eu não posso deixar de salientar a imensa capacidade de trabalho do Executivo. Pelas pessoas que eu conheço não tinha dúvidas acerca dessa capacidade de trabalho. Já em mês e meio, devo confessar que, ter conseguido em mês e meio fazer o levantamento da situação e realizar as inúmeras operações que aqui estão consagradas, é de facto, revelador de uma aposta na mudança da Câmara. E se este ritmo se mantiver, eu não tenho dúvidas que no final dos quatro anos nós vamos estar aqui todos muito satisfeitos com a actuação do

Executivo. Espero apenas que não se trate meramente de uma belíssima operação de marketing em que os actuais Executivos em maioria por aí, nos habituaram de há uns anos a esta parte. Do que eu tenho medo, no entanto, é que apesar dessa capacidade de trabalho, o aumento da dívida daqui a uns tempos seja perfeitamente inoportuno para nós. Porque há três dias atrás a dívida era de um milhão e meio de contos de curto prazo, hoje a dívida de curto prazo é de três milhões cento e sessenta mil contos. De maneira que espero bem que não se descubram mais ratos debaixo de mais buracos na Câmara. Porque também estamos num tempo em que é hábito também descobrirem-se imensos buracos no início das actividades. O que eu gostaria, no entanto, é de garantir que não está aqui em causa a herança, o que está aqui em causa é a capacidade do actual Executivo em resolver os problemas que lhe são presentes, com as limitações naturais de o facto de possivelmente tirar de lá uma situação diferente daquela que esperávamos. Mas o que eu gostaria de ouvir da parte do Sr. Presidente da Câmara e da parte do Executivo são as soluções que propõe. Reconheço que um mês e meio não é muito tempo e portanto espero que numa próxima comunicação do Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal do Concelho de Aveiro, que apresentem propostas concretas de resolução dos problemas. E espero também que as propostas sejam suficientemente imaginativas para não estarmos a fazer o que alguns nobres fizeram no final do século passado e princípios deste século que foi manter a sua vida à custa da delapidação dos patrimónios. Algo que também está muito em voga nesta Europa que quer cumprir critérios de Maashtrich e vende tudo o que tem, vende os anéis, qualquer dia nem os dedos tem. Nestas circunstâncias e a fim de evitar surpresas para todos nós, eu sugeria mesmo ao Sr. Presidente e ao seu Executivo que fosse criado um sistema de informação sério e eficaz, que permitisse não só diminuir o trabalho exaustivo que muitos dos funcionários da Câmara certamente fazem para dar as informações à Presidência, para dar as informações ao Executivo e para dar as informações à Assembleia, como permitisse também manter actualizada a informação sobre a Câmara, sobre as suas actividades, sobre as suas perspectivas, actualizada para os munícipes e naturalmente também para esta Assembleia Municipal."

Vogal Armando Vieira:

" Sr. Presidente, eu estou aqui satisfeitíssimo com uma intervenção que ouvi há pouco e achei uma excelente ideia aquilo que disse o Dr. Capão Filipe acerca de uma propalada visita às Bahamas. Eu gostava muito que isso acontecesse. Há um pequeno senão, Sr. Dr.. É que para isso precisaríamos todos de ter rendimentos de médico, o que parece não ser o caso.

De igual modo, Sr. Presidente da Câmara, permita-me que lhe sugira e reivindico esse direito, porque nós temos todos muitos problemas para resolver, que no meio de imediato gestor municipal, Sr. Dr. Jorge Nascimento, em dois meses temos tudo resolvido e vai o Plano de Actividades em frente para ser cumprido integralmente. Posto isto, Sr. Presidente da Câmara, cumprimento-o, saúdo-o nesta altura que com certeza terá muitas preocupações, não o invejo por isso e desejo-lhe sinceramente um útil e profícuo trabalho a bem do nosso Concelho e dos nossos munícipes. Quanto ao Dr. Filipe Brandão sugerir aqui, congratular-se e eu também me congratulo com a visita e a enorme inflação de visitas de membros do Governo ao Concelho de Aveiro, estamos certos que se vai traduzir num igual crescimento de apoios ao Concelho, que todos saudaremos com jubilo.

Sr. Gaspar Albino, permita-me aqui dizer: situação boa? Não tenho mandato nem pretendo defender a Câmara. Situação boa? Então eu sei que há empresas à beira da falência porque não recebem da Câmara e se a Câmara tem uma situação boa porque é

que há-de estar a tornar má a dos outros? Posto isto, meus amigos, Sr. Presidente, lamento que a comunicação de V. Ex.a não tenha referido o início da actividade da Filarmónica das Beiras com o primeiro concerto oficial da nossa Cidade. Era importante que o tivesse feito, sendo V. Ex.a como é e todos nós sabemos, um homem da cultura. Passando a coisas mais terrenas e mais comuns, eu alerto para a grande necessidade de se investir rapidamente em terrenos para a habitação social e desenvolver projectos de habitação social em todo o Concelho e acima de tudo resolver e acolher aquelas promessas reais de ofertas de terrenos que são feitas por pessoas e que a Câmara não liga. É de espantar esta situação e eu espero que os senhores tenham brevemente oportunidade de resolver uma situação destas que é do interesse municipal. Os planos de pormenor que se vêem por aí em execução, Sr. Vereador, é bom que também cheguem às aldeias nos poucos que estão calendarizados, que não se desenvolvem. Pista de atletismo, Sr. Presidente, temos uma pista que neste momento V. Ex.a se calhar não sabe, é a única no Distrito que tem dimensões oficiais e está em funcionamento. Está em Oliveirinha, faça o favor de promover a sua recuperação que há muitos anos anda a ser prometida. Apelo aqui sinceramente e isto a propósito da situação financeira, a um esforço acrescido com as soluções que entender de endividamento da Câmara até onde essa capacidade for permitida pela lei, para que rapidamente se pague aos fornecedores, aos operários que dependem dos pagamentos que a Câmara tem por efectuar e que eu conheço várias situações de grande gravidade. Peço-lhe por favor, uma vez mais, que rapidamente tenha a coragem de dar a volta a esta situação que é bem grave.

Em termos de obras concretas, há necessidade urgente de intervir numa área municipal que é do interesse de todos, que é a rede viária municipal. A rede viária municipal está numa situação calamitosa, Sr. Presidente. Também aí precisa de ter uma forte capacidade inventiva de meios para resolver tão urgente quanto possível para solucionar este gravíssimo problema do estado da rede municipal.

A preocupação básica, diminuir as assimetrias entre a área urbana e a área rural do Concelho no respeito óbvio pelas especificidades de cada uma delas.

Uma última questão, Sr. Presidente, quanto aos terrenos dos armazéns gerais. É ou não verdade que há um compromisso do município de ceder aqueles terrenos ao Beira Mar?."

Vogal Rogério Madaíl:

" Em primeiro lugar eu queria saudar também o Sr. Presidente e os Srs. Vereadores e desejar-lhes um bom mandato e queria também corroborar as palavras dos oradores anteriores no que respeita ao défice de tesouraria, no sentido de que toda a gente sabe que para nós já sabíamos que isso era uma situação difícil e que com alguma imaginação pode ser ultrapassado, embora seja um problema um bocadinho mais difícil de resolver do que o Sr. Dr. Nascimento diz.

Também relativamente à capacidade de endividamento, parece-me que em face dos números não será assim tão fácil, mas o Sr. Presidente poderá nos esclarecer melhor sobre isso. Relativamente ao saneamento, pode contar com todo o nosso apoio no sentido de apoiar um Plano financeiro, mas que seja estruturado, que não seja uma manta de retalhos, que seja devidamente estruturado e fundamentado, no sentido de resolver os assuntos de uma forma coerente.

Por último, queria manifestar a minha opinião sobre o problema da Transria. Na minha opinião tenho algumas dúvidas que para a Transria a boa solução seja a municipalização, porquê? Porque aquilo envolve custos bastante elevados, evidentemente que há um aspecto da acção social que nunca deverá ser deixado de pôr

de lado, mas penso também que haverá maneiras de ultrapassar isso, passando para a iniciativa privada jogando com um bolo, talvez com o parque de campismo, etc., talvez possa haver uma solução de alguém que esteja interessado ou que possa haver interessados no sentido de explorar aquilo turisticamente, suportando a Câmara sempre a parte social, como é evidente. Porque senão, penso que aquilo poderá ser um acumulado de custos para a Câmara."

Presidente da Câmara:

" Eu vou fazer os possíveis, mas de facto foram tantas e com tantas variáveis e particularidades que é provável que me escape alguma e agradeço que me recordem se eu não responder a todas. Sobre a situação financeira da Câmara, em primeiro lugar eu queria dizer que eu trouxe conhecimento da situação aqui da Câmara, no estado em que é possível determiná-lo neste momento, hoje, a esta Assembleia, por uma questão de rigor e de transparência. Acho que esta Assembleia tem todo o direito de conhecer a situação real. Não vim aqui nem para sacrificar ninguém, crucificar ninguém, nem imolar ninguém com base nestas contas, o que seria muito fácil fazer e também não aceito a ideia de que estas contas eram conhecidas, não é verdade. Durante a campanha eleitoral nós arriscávamos um milhão de contos e sempre nos foi dito que seriam apenas setecentos mil contos, nunca ouvi números superiores. Mas, por outro lado, também não vim aqui pedir desculpas antecipadas de algo que eu não vou precisar de fazer. É evidente que uma coisa é o retrato do quadro e esse eu queria fazê-lo, outra coisa é o desafio que tenho pela frente que eu espero superar de não obstando o quadro ser mau, continuar a conseguir fazer aquilo que prometi fazer. Portanto, não estou aqui para pedir desculpas antecipadas, isso que fique claro. Vou tentar cumprir aquilo que prometi, vamos encontrar agora imaginação e a capacidade para o fazer.

O Raúl Martins chamou à atenção e bem. Há ainda uma componente de receita relativa a 1997 a receber, mas que é, para a dimensão que estamos a falar, muito diminuta e praticamente irrelevante. Deve ser da ordem dos cento e vinte mil contos, pequenas fatias de participações a receber, mas que é imediatamente neutralizada por outros cento e tal mil contos que ainda estão por chegar por facturas que não tinham sido ainda processadas. E portanto, com alguma dose de variação que ainda há na determinação destas contas, a situação não se altera muito.

Outro ponto que foi focado e bem porque é importante, foi a capacidade de endividamento que eu de facto há bocado não me referi. A capacidade de endividamento dos municípios, como sabem, para empréstimos a médio e longo prazo não pode exceder o maior dos dois limites estabelecidos na lei correspondendo a três duodécimos do FEF ou a vinte por cento das despesas feitas a investimento no ano anterior. No caso de Aveiro estes valores são relativamente bons, três doze avos do FEF são trezentos e dezasseis mil contos e vinte por cento das despesas de investimento são quinhentos e dezassete mil contos. O que quer dizer que os encargos anuais com amortizações e juros por empréstimos a longo prazo não podem exceder quinhentos e dezassete mil contos. Ora, como nós já temos neste momento, está no orçamento de 1998, o montante para amortizações e juros com encargos de empréstimos de longo prazo, noventa e três mil contos para juros e treze mil contos para amortizações, isto dá uma verba de cento e sete mil contos. Portanto, cento e sete mil contos para quinhentos e dezassete mil contos, a capacidade que temos para serviço da dívida são sensivelmente quatrocentos e dez mil contos. Isto quer dizer, se estivermos a pensar num empréstimo a médio prazo a oito anos, taxas negociáveis entre seis, sete por cento, que devemos estar a falar num empréstimo de dois milhões de contos. Em traços gerais é esta a nossa capacidade de endividamento que permite de facto ainda, contribuir um

empréstimo importante, mas dado o montante que vos referi há pouco, penso que não é só aqui pela via do empréstimo que vamos lá. Ouve muitas vozes que se referiram à necessidade de propostas concretas para o saneamento financeiro. É claro que como nós estamos na fase de ultimar com rigor estes dados, estamos agora a começar a pensar quais são as soluções que vamos adoptar e um estudo de saneamento económico-financeiro terá que ser feito. Eu penso que vai passar por todas as componentes que referi há pouco: contracção de empréstimo, alienação de algum património, alguém lembrava e bem que a Câmara tem património, não tem muito, acho que nunca teve tão pouco, porque foi tudo sendo vendido, mas por exemplo, eu lembrei-me de vender o terreno dos armazéns gerais e conseguimos uma verba importante, sobre a qual ninguém tinha pensado e lembrei-me de vender também o edifício da pinheira que estava ali encravado e nunca ninguém tinha tomado uma decisão sobre isso. Aí estão duas novas fontes de receita que podemos aproveitar e que podem render se tudo correr bem independentemente das negociações, pelo menos quinhentos mil contos, o que ajuda a compor a situação. Portanto, um empréstimo por um lado, a venda desses dois imóveis, por outro, financiamento de outro tipo e contenção de despesas. A situação com rigor e com uma boa gestão, não é caso para fecharmos a porta. Agora, não é boa Sr. Gaspar Albino, é evidente que não é boa nem se resolve, como diz o Sr. Dr. Nascimento, com perspectiva simplista, fácil que deve ter aconselhado o nosso anterior gestor nesta casa, porque é claro que não se resolve em dois meses. Por um lado, a nossa receita não são sete milhões e tal, são realmente cinco milhões e pouco. Além disso o Sr. Dr. não pode esquecer que há encargos correntes, despesas correntes, pagamentos a funcionários, etc.. Portanto, não era por aí que iríamos lá, com certeza.

Também se disse aqui que também se fez muita coisa. Não é verdade sequer. O problema é que andamos anos sucessivos a tapar buracos de anos anteriores e portanto, o que se fez foi gastar dinheiro sem fazer obra e o que eu vou tentar fazer é obra sem ter dinheiro para gastar. É esse o desafio que tenho pela frente.

Depois queria sossegar o Sr. Salavessa. De facto, nós sabemos que temos um limite de vinte e cinco mil contos e naturalmente o que vem para os jornais e o que nós aprovamos em Câmara quanto à venda daqueles imóveis foi apenas o princípio de venda porque agora teremos que ir ver as condições e na altura virá certamente a esta Assembleia as condições de venda desses dois imóveis. Quanto ao museu, as notícias são boas, eu tenho informação de que as obras da recuperação da fachada vão começar mesmo em Março e retomámos um dossier que estava perigosamente parado, que é o da aquisição do Teatro Aveirense. Neste momento as coisas estão bem encaminhadas. Havia verba que não foi utilizada em 1997 para esse efeito, porque não houve capacidade para resolver do lado dos vendedores e essas verbas quando não são utilizadas perdem-se. E portanto, nós atempadamente conseguimos segurá-las para este ano. Portanto isto é uma boa notícia e por outro lado, pelo lado dos vendedores, o clima que está gerado penso que vai facilitar que a aquisição se concretize ainda este ano e penso que no primeiro semestre do ano.

Aveiro Digital, foi aqui dito e bem, isto é um projecto de todos os Aveirenses. Eu não gosto de ficar com louros que não são meus, mas também não me coíbo de invocar aqueles que são meus. O que aconteceu é que de facto por razões objectivas havia um estudo feito em que tinha seleccionado seis cidades no País por razões que tinham a ver com as próprias características da cidade e a partir daí o ministério encetou uma série de contactos com os responsáveis de todas as cidades para se aperceber onde é que estavam criadas no terreno as melhores condições. Porque o grande desafio que este projecto coloca não é sequer a parte da tecnologia. Tecnologia, nós temos

possibilidade para a fazer, é mais a questão das pessoas, da informação e do ambiente cultural que está gerado na cidade. Aveiro tinha trunfos excepcionais. Tínhamos, como dizia o Sr. Ministro, a maior percentagem de engenheiro electrotécnico por metros quadrados, porque temos o CET e temos a Universidade; temos uma população muito jovem importante e portanto com apetência, motivação e facilidade para aderir a este projecto; temos uma cidade com empresas competitivas e portanto gostam do rigor, da pontualidade, de organização; temos uma rede de um tecido social, de solidariedade social que é importante, não há grande desemprego. É uma cidade relativamente equilibrada. Além disso, a Câmara acarinhou desde o primeiro minuto a ideia e fez ver ao Governo, além de todos estes trunfos que ressaltámos, que para nós seria um ensejo e uma oportunidade extraordinária de revolucionarmos completamente a prestação de serviços camarários e públicos em geral. É como passar da idade média para o século XXI. Temos de facto dois anos para transformar Aveiro em Cidade digital. A ideia é que o Diogo, em casa possa carregar no computador e pagar a conta da electricidade, ver o que é que o Sr. Presidente da Câmara disse nas respostas à pergunta que lhe fez na Assembleia Municipal, porque as actas estarão imediatamente disponíveis na INTERNET. Dois anos por esta primeira fase que passa por Aveiro ser algo mais do que uma multiplicação das pequenas experiências piloto que já existem. Como sabe o CET já tem pequenas experiências piloto. A ideia é fazer uma intranet na cidade, a cidade vai ficar toda em rede. Por exemplo, este projecto vai desde as escolas, naturalmente, ao controlo telemático das fugas de água, antes que alguém se aperceba delas, etc., etc., etc.. Ainda por cima um projecto de enorme importância estratégica, é um investimento estratégico, mais do que o montante em causa é um investimento estratégico. Este tipo de informação são de facto as grandes armas do futuro e nós se formos a primeira cidade digital do país vamos, além de ter enorme visibilidade, ser capazes de atrair muitos investimentos de outro tipo. Portanto, penso que estamos todos de parabéns, a câmara teve um papel diminuto nisto, se quiser, mas teve um papel, ao mesmo tempo, importante porque se o Sr. Ministro não tivesse sentido que esta Câmara estava empenhada em mudar as coisas e que tinha massa crítica na Câmara para que isso acontecesse, não teria apostado em nós. Mas é evidente que do ponto de vista tecnológico, isto é um trabalho a quem os grandes responsáveis por o projecto ter vindo para Aveiro foram o CET e a Universidade, o seu a seu dono.

Sobre as instalações e sobre a sede, eu estou ciente que o edifício dos Paços do Concelho tem um valor histórico simbólico e político que é insusceptível de ser alienado e de ser perdido, mas eu acho que na minha comunicação, Sr. Prof. Britaldo disse que não havia terceira hipótese, mas eu acho que há uma terceira hipótese que resulta do meu texto. Porque diz-se lá "... a Câmara encetou diligências no sentido de encontrar uma solução que permita a concentração de todos os serviços, com excepção dos Armazéns Gerais, ...", mas há uma terceira concepção, é que os Paços do Concelho uma vez devidamente reabilitados possam ser utilizados e reservados para as sessões solenes, recepções oficiais, disposições do espólio da Câmara, nomeadamente fotografias antigas da Cidade. Portanto, é um espaço que manterá a sua nobreza, a sua função de sala de visitas, de quem nos visita, e portanto manterá a sua função de Paços do Concelho da Cidade. Isso está fora de causa no meu espírito e queria que compreendesse isso nesses termos. Os serviços podem passar para outro sítio, aquilo será sempre os nossos Paços do Concelho para todos os efeitos.

Quanto à Expo, eu não sei se fui claro naquilo que apareceu nos jornais e aqui na minha comunicação. O que se passa é isto: a ideia do projecto foi aprovada, foi acolhida pela organização da Expo e eu a única coisa que lamento é que só agora tenha sido possível pensar nisto a sério, porque naturalmente a Câmara anterior há um

ano atrás devia ter pensado que Aveiro tem trunfos como talvez nenhuma cidade no país à excepção de Lisboa tem, para ter uma presença condigna na Expo. Desde oitenta por cento da frota de pesca longínqua que está aqui sediada, à maior frota de pesca costeira que também está aqui; tradição na construção naval, arqueologia submarina, o fenómeno da ria que é um caso único na Península Ibérica. Nós tínhamos uma série de trunfos importantes para reivindicar uma presença importante na Expo. Isso foi deixado no esquecimento até agora. E a única coisa que estava em curso era a participação integrada no quadro de uma Mesa Luso-Espanhola, mais para dar algum pretexto à Mesa Luso-Espanhola para funcionar, que nunca tinha feito nada do que propriamente para valorizar Aveiro. E o que eu fiz foi desencadear um processo para garantir uma presença autónoma na Expo consciente de que o estava a fazer tardiamente. A ideia foi bem recebida, aprovada mesmo neste momento e agora eu digo: das duas uma, ou nós com os meios que temos e que estão no terreno agora a trabalhar chegamos à conclusão quando o projecto estiver concluído do ponto de vista técnico e temático, que temos um produto decente e que nos deixa ficar bem na Expo e então vale a pena ir lá, ou não, ou o produto está mal acabado, não tem qualidade e então é preferível não ir. Porque em Sevilha vimos coisas muito boas, mas também vimos coisinhas que não honravam ninguém. É esta a minha abordagem e acho que é preferível, os montantes envolvidos dão para correr este risco, de só tomar a decisão quando o projecto estiver em condições.

A pergunta sobre os canais da ria, penso que tinha a ver com as obras de recuperação. A verdade é que elas já começaram, ainda não são visíveis porque estão neste momento a ser feitas as sondagens geotécnicas e prevê-se que o prazo de obra seja de dez meses. É evidente que isto já estava em curso quando eu cheguei à Câmara, não fui eu que resolvi o problema do financiamento dos canais da ria, ele estava garantido, mas fiz uma coisa que tinha que ser feita.

Armazéns gerais e Beira Mar, outra questão que preocupou muita gente. Mesmo para aqueles beiramarenses mais ferrenhos, eu acho que qualquer outro tipo de construção que vá para ali e é evidente que não vai para ali qualquer outro tipo de construção, irá sempre uma construção de muita qualidade. É melhor do que aquilo que lá está agora. Penso que para o Beira Mar é evidente que valoriza muito mais o estádio e toda aquela zona envolvente, um edifício de qualidade do que o imóvel que lá está, nas condições em que lá está, completamente degradado. Portanto, não hesitei desse ponto de vista, em que valia a pena vender. Não há nenhuma promessa feita ao Beira Mar. Investiguei junto dos nossos serviços, junto do Sr. Prof. Celso e junto do próprio Beira Mar. Não obstante, eu penso que é possível encontrar uma solução urbanística que tenha em conta a presença do Beira Mar ali e portanto que venha também constituir uma pequena ajuda ao Beira Mar.

Municipalização da Transria: eu sempre pensei que S. Jacinto é tão freguesia como as outras e portanto tem o direito de ter transportes municipais mesmo que esses transportes dêem prejuízo. Acontece que a situação que estava criada com a Transria era uma situação que por um lado suscitava muitas dúvidas quanto à sua regularidade porque desde a saída dos estaleiros era uma sociedade formada entre o Município e uma Junta de Freguesia e portanto a situação é anómala, os juristas foram consultados e as opiniões vão no sentido de que haverá algumas dúvidas. E portanto, confrontados com uma situação que por um lado é anómala, por outro lado não resolve problema nenhum porque continua a dar prejuízo, então mais vale regularizar as coisas e vamos municipalizar a Transria. No entanto, para que não houvesse confusões, o que nós aprovámos em Câmara e o Sr. Eng.º Cruz Tavares corrige-me se eu disser alguma imprecisão, foi o princípio de municipalizar a Transria não foi o acto jurídico da

municipalização que tem que passar por aqui, mas há uma série de actos preparatórios dessa municipalização que têm que ser feitos, nomeadamente a adaptação ou dos Serviços Municipalizados ou a criação de uma estrutura que se adequa porque a Câmara não tem neste momento quadro de marinheiros, etc.. Há uma série de medidas que têm que ser tomadas a esse respeito.

Finalmente, o facto de as reuniões públicas da Câmara terem passado para apenas uma. É um regime que adoptámos a título experimental. Chegou-nos aos ouvidos e parece que é verdade, os membros da Câmara anterior e as pessoas que iam às reuniões confirmam isso, que a participação dos munícipes nas reuniões é diminuta, quando vão são poucos. Nós vamos ter que ser mais profissionais na passagem da informação aos Srs. jornalistas e portanto o interesse em conhecerem as decisões de Câmara pode ser conseguido por outra via. Sendo assim, pareceu-se que seria mais eficaz e defender melhor a operacionalidade da Câmara, fazer apenas uma reunião pública, porque é evidente, como toda a gente compreende, se houver duas reuniões públicas, são duas reuniões em que a retórica é maior, sabe-se que os jornalistas estão presentes e que o público está presente e portanto, é uma reunião de outro cariz, já não é só uma reunião de trabalho. É uma reunião de trabalho mas que é pautada por outras características que todos vós conhecem. Em todo o caso é um regime que está experiência, se chegarmos à conclusão que quer o público que mostra interesse em participar mais, quer os Srs. jornalistas que estão a ser mal informados, mudaremos o regime."

Vogal Diogo Soares Machado:

" Em primeiro lugar para agradecer a resposta às sete questões que coloquei ao Sr. Presidente da Câmara, obtive uma, nomeadamente em relação ao projecto Aveiro digital. Obtive uma das sete respostas."

Presidente da Câmara:

" Obteve mais porque há outras que ainda não é possível dar, por exemplo, ainda não é possível saber qual vai ser a parte financeira que Aveiro, Câmara, vai receber, porque o envelope financeiro virá todo para Aveiro e nesta fase prevê-se que seja um milhão de contos, mas com tendência para subir se nós soubermos encarar bem o projecto."

Vogal Diogo Soares Machado:

" Estou esclarecido. Gostaria de saber se a Câmara terá que participar com alguma verba e em caso afirmativo, qual esse montante.

Eu gostava só de dizer também que é óbvio que não se pode exigir nem se deve, a uma primeira presença numa reunião da Assembleia Municipal, ao Executivo da Câmara que fizesse mais do que o que fez aqui. Em primeiro lugar, congratular-me pela actuação do Executivo, dar os parabéns pela vontade que demonstraram em se inteirarem do que é realmente a gestão autárquica deste Concelho. Em segundo lugar, o esforço que fizeram em vir a esta Assembleia de peito aberto a responder às questões que legitimamente deste lado se poderiam colocar.

Registo em tom final e em tom de brincadeira que para já notei uma grande diferença entre este Executivo e o Executivo anterior. É que no anterior sempre se falou em equipa, neste nas respostas do Sr. Presidente da Câmara eu ouvi-o sempre falar na primeira pessoa do singular; espero que a equipa doravante se torne mais sob o colectivo."

Vogal Raúl Martins:

"Era para me congratular, porque pela primeira vez de há uns anos a esta parte foram dados alguns valores numéricos que espero que nas próximas reuniões seja transmitido a todas as pessoas num papel por escrito.

De qualquer forma, eu gostaria de alertar para o coeficiente de endividamento. Não é claro para mim que coeficiente de endividamento, embora a lei diga que seja vinte por cento das despesas de investimento ou três doze avos do FEF, que em Aveiro se possa aplicar os vinte por cento do investimento do ano anterior, porque no meu entendimento, a maior parte dos investimentos do ano anterior foram feitos ilegalmente nesta Câmara de Aveiro porque quando os processos foram enviados para o Tribunal de Contas, foram enviados com uma determinada cobertura financeira que de facto não se chegou a verificar. À cautela o próprio Executivo anterior quando aprovou o empréstimo de seiscentos mil contos para os Serviços Municipalizados que não foi calculado aqui, porque além de um milhão e oitocentos mil contos há um empréstimo de seiscentos mil contos para os Serviços Municipalizados que passará os encargos anuais de cerca de cem mil contos para duzentos mil contos. Se utilizarmos como a Câmara anterior utilizou por regime de prudência, não os vinte por cento do investimento, mas os três doze avos do FEF, o valor é reduzido para cerca de quinhentos mil contos. E é preciso antes de se proceder e de se calcular e de se falar exactamente que há dois milhões de contos de possibilidade de endividamento, esclarecer perfeitamente essa situação, porque não é, quanto a mim, muito clara. Além disso, há efectivamente os seiscentos mil contos que penso que ainda não estão na totalidade gastos, só estão gastos parcialmente, mas que já está aprovado e que dele resultarão mais cem mil contos de encargos anuais e eu espero que ele seja gasto, porque na altura foi prometido que parte desse dinheiro era precisamente para fazer o saneamento do Bonsucesso que urge fazer porque é o local onde eu resido e é das últimas zonas urbanas da cidade que falta sanear."

Vogal Manuel António Coimbra:

"Gostaria de comentar dois assuntos que foram referidos pelo Sr. Presidente da Câmara. O primeiro diz respeito aos terrenos dos armazéns gerais. Os terrenos dos armazéns gerais são muito importantes e por isso, a sua afirmação de que qualquer coisa que para lá vá é melhor do que o que lá está, não é bem assim. Só queria lembrar que a solução que se encontrar para aquele local vai ser uma solução definitiva e gato escaldado de água fria tem medo. Já houve muitas situações aqui discutidas desta maneira e que depois deram autênticos mamarrachos, que não seja mais um.

Segundo ponto, diz respeito à municipalização da Transria. E eu queria saudar a coragem da Câmara Municipal de Aveiro e do Sr. Presidente ao tomar a iniciativa da municipalização. No entanto, a municipalização poderá não ser o produto final, quer dizer, se houver um operador privado interessado em explorar, muito bem, passamos a uma segunda fase. Agora, acho que é importantíssimo é que a Câmara Municipal assegure os transportes daqueles cidadãos que moram do outro lado de lá da ria."

Vogal Henrique Diz:

"Eu gostaria de me congratular com as respostas dadas pelo Sr. Presidente e com a forma como decorreu esta troca de impressões entre a Assembleia e o Executivo Municipal. Gostaria de verificar no futuro, que se mantém o tom do diálogo aberto que aqui apareceu e queria apenas pedir-lhe, Sr. Presidente, que a próxima comunicação do Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal, fosse mais precisa e

apresentasse, se possível, números correctos. A menos que o Sr. Presidente prefira contratar o meu amigo Raúl Martins para seu assessor financeiro neste momento."

Vogal Britaldo Rodrigues:

"Eu não queria intervir inclusivamente já neste momento, mas acabei de ouvir concretamente da parte do Dr. Raúl Martins, afirmar que há ilegalidades na gestão anterior. Isto é uma afirmação grave. Nós não podemos permitir que se diga uma coisa destas sem que os órgãos competentes na Câmara, tomem uma acção devido a uma afirmação destas. Esta afirmação tem de ser comprovada, tem de ser discutida e das duas uma: ou não houve ilegalidades, está tudo bem, as obras foram feitas e neste caso o melhor é não ouvirmos mais lamúrias e encontrar é meios financeiros para pagar ou então havia ilegalidades e então daí tiram-se as consequências. Agora um cidadão que aqui está, ouvir dizer que há ilegalidades, não pode ficar calado e muito mais pela responsabilidade que tem a Câmara Municipal."

Vogal João Barbosa:

"O Dr. Raúl Martins referiu aqui que o único local em Aveiro em que falta saneamento básico é o Bonsucesso. É a mesma situação, para quem ouve lá fora e que não tem conhecimento, isso não é correcto. Nós, no centro da Cidade, na Freguesia da Vera Cruz ainda temos saneamento a céu aberto. É preciso que estas coisas sejam de momento chamadas à atenção."

Vogal António Salavessa:

"Sr. Presidente, gostava apesar de tudo que desse um destino à proposta de recomendação à Câmara que entreguei. Eu não faço questão que seja hoje."

Presidente da Mesa:

"O Sr. Salavessa entregou na Mesa, antes de tempo, uma recomendação à Câmara. Eu entendo que estas recomendações são feitas no período de antes da ordem do dia, nada está programado, é no período de antes da ordem do dia. O Sr. Salavessa entendeu que não, talvez se tenha distraído. A questão não é estar inserido no contexto dos temas porque a comunicação do Sr. Presidente da Câmara, aí cabe tudo, não é fora dos temas, a questão é outra, é fora da ordem dos trabalhos. Se ler bem o regimento, isto é para incluir antes no período de antes da ordem do dia. De qualquer forma trata-se de uma recomendação à Câmara que é construtiva, nós podemos pegar nela na próxima segunda-feira na reunião, até porque estamos todos a treinar nesta nova etapa da vida autárquica em Aveiro, ninguém pretende aqui conduzir as coisas contra a vontade das pessoas, o que importa é que de facto demos um sinal logo neste nosso primeiro dia de que queremos trabalhar muito e bem. Não estarmos aqui de facto tempo a mais nos temas. É uma posição construtiva da minha parte e é nesse sentido que eu peço que interpretem as tomadas de posição diversas que hoje aqui ocorreram. Portanto, na próxima sessão eu pego neste tema, salvo se a Assembleia me contrariar no momento próprio."

Finalmente, nos termos regimentais, o Presidente da Mesa convocou a próxima reunião da presente Sessão para o dia 16 do mês em curso, pelas 21:00 horas.

E não se registando mais intervenções deu por encerrada a reunião.

Eram 01:45 horas do dia 14 de Fevereiro.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que tem como suporte a gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião e vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.